



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

ATA Nº 7

----- Aos vinte e seis dias do mês de novembro, do ano de dois mil e dezanove, em Redondo, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor José Luís Nunes Marques Mónica, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sendo esta composta ainda pelo Senhor Daniel José Chambel Cachopas e pela Senhora Mariana Gertrudes Freira Recto. -----

----- Eram vinte horas e trinta minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Redondo, José Luís Nunes Marques Mónica, deu início aos trabalhos da sessão. -----

----- Depois de efetuada a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: Alfredo Falamino Barroso (Movimento Independente do Concelho de Redondo); José Luís Nunes Marques Mónica (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD - CDS-PP); Manuel José Barro Branco Marouvas (Partido Socialista); Vergílio Fernando Frade Ambrósio (CDU-PCP/PEV); José Miguel Lopes Inverno em substituição do membro Ana Isabel Pinheiro Valverde (Movimento Independente do Concelho de Redondo); Domingos Alberto Saraiva Boavida (Movimento Independente do Concelho de Redondo); Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD - CDS-PP); Daniel José Chambel Cachopas (Partido Socialista); Mariana Gertrudes Freira Recto (CDU-PCP/PEV); Maria Gabriela Sapateiro Oliveira Jacinto de Oliveira (Movimento Independente do Concelho de Redondo); Diogo Miguel Perdigão Amélio (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD - CDS-PP); Domingos António Mendes Madruga (Partido Socialista); Paulo Alexandre Feijão de Sousa (Movimento Independente do Concelho de Redondo); David Manuel Ambrósio Martelo (Movimento Independente do Concelho de Redondo); Luis Filipe Carrasco Mendes



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Pereira em substituição de João Pedro Faleiro Siquenique e do 1.º substituto Rui Miguel Mendes do Carmo (CDU-PCP/PEV); José Carlos Ramalinho Cidade (Presidente da Junta de Freguesia de Redondo); Henrique Duarte Caeiro Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de Montoito). -----

----- Do Executivo Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António José Rega Matos Recto e os Senhores Vereadores David Manuel Palma Grave, David Manuel Fialho Galego, José Manuel Mendes Portel e Luis Fernando Gomes Faleiro. -----

----- Declarada aberta a sessão, com a seguinte Ordem do Dia: -----

1. Voto de Louvor ao Atleta Laurentino Piteira. (Ponto proposto pela UMA NOVA ATITUDE, Coligação PPD/PSD - CDS-PP);
2. Informações;
3. Apreciação da informação sobre a atividade municipal;
4. Informação sobre a situação financeira do Município;
5. Informação de compromissos plurianuais assumidos;
6. Proposta de adesão à AMPV – Associação dos Municípios Portugueses do Vinho;
7. Proposta de Isenção de Taxas (Requerimento da empresa Poças Pereira);
8. Revisão do Plano Diretor Municipal – Comissão Consultiva;
9. Proposta – Regulamento de Taxas e Licenças Municipais 2020;
10. Regulamento para atribuição de apoio no âmbito da aquisição e recuperação de habitação própria para jovens e jovens casais – HabitaJovem;
11. Autorização Prévia Prevista na Lei dos Compromissos para o ano de 2020;
12. Taxa Municipal de Direitos de Passagem;
13. Taxa de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares);
14. Taxa do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis);
15. Taxa de Derrama;



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

16. Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Quadriénio 2020-2023 e Orçamento Municipal para 2020;

17. Mapa de Pessoal.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, começou por cumprimentar todos os eleitos da Assembleia Municipal, do MICRE, PS, CDU e da Coligação PPD/PSD-CDS/PP – Uma Nova Atitude, o Senhor Presidente da Freguesia de Montoito, o Senhor Presidente da Freguesia de Redondo, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, cumprimentou também o público. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pôs à consideração de todos os membros, com base no estipulado no regimento da Assembleia Municipal e na Lei nº 75/2013, que as deliberações sejam aprovadas em minuta, de modo a poderem ter eficácia externa imediata e que as atas sejam aprovadas na reunião seguinte. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Apreciação e votação da ata

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, pôs à apreciação dos membros presentes a ata nº 6/2019, da sessão de 26 de setembro de 2019. -----

----- Não havendo propostas de alteração, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do Decreto-Lei nº 4/2015 (CPA), de 07 de janeiro, na sua redação atualmente em vigor, não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

----- A ata foi aprovada por unanimidade e em minuta. -----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Intervenções no período Antes da Ordem do Dia

O Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que no início deste mês tinha havido uma notícia triste, o falecimento do Dr. Nelson Cardoso Baptista. Referiu que, embora não sendo do nosso concelho, tinha feito dele o seu concelho. Tinha sido um médico de renome e além disso um eleito e que tinha sido Presidente da Assembleia Municipal. Assim, propôs em nome da mesa e em nome da Assembleia um voto de pesar. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Nelson Cardoso Baptista. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao eleito Domingos Madruga. Intervenção que ora se transcreve:

----- *“A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Redondo foi fundada em 10 de Maio 1950 e aprovada por alvará do Governo Civil de Évora de 26 de Outubro de 1950.*

Quase 4 décadas depois, em 26 de Junho de 1988, após algumas vicissitudes, é inaugurado novo (actual) quartel que desde então, ao nível das infra-estruturas de electricidade e canalizações de águas e esgotos não sofreu qualquer remodelação, encontram-se hoje com graves problemas.

Para além destes problemas, existe ainda outro e chama-se amianto. A cobertura do salão nobre dos B.V.R. encontra-se construída com matérias susceptíveis de terem na sua composição o amianto que, como todos sabemos, tem alto potencial de provocar cancro.

É urgente não só a reparação ao nível das estruturas eléctricas e de canalizações de águas e esgotos, mas sobretudo ao nível da verificação, por entidade certificada, da existência ou não de amianto e, caso seja confirmada a sua presença, a substituição imediata da cobertura.

A actual situação dos Bombeiros Portugueses não se poderá manter por muito mais tempo e este ou o próximo governo, terá que tomar uma decisão que, em nosso entender, terá que passar necessariamente pela profissionalização dos bombeiros,



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

integrando-os eventualmente nas autarquias locais, passando a bombeiros municipais, mantendo-se obviamente as associações humanitárias que têm desempenhado um importantíssimo papel na comunidade em que se encontram inseridas.

Enquanto isso não acontece, as associações vão fazendo o impossível e as autarquias locais têm tido um papel importante, assumido muitos dos custos dessas associações e dos corpos de bombeiros. Estamos conscientes que a obra que o quartel do B.V.R. necessita não poderá ser suportada pelo município, mas este poderá ajudar, como sempre ajudou, na resolução deste novo problema.

Sabemos que a direcção dos B.V.R. está a proceder a um levantamento de todas as necessidades, as quais poderão ser colmatadas não com verbas do Orçamento que hoje vai ser votado, mas com fundos de programas próprios. Nesse sentido queremos apelar ao Sr. Presidente para que o Município disponibilize técnicos que possam não só ajudar na candidatura a esses mesmos fundos mas também de técnicos, caso os possua, que possa elaborar gratuitamente os projectos de especialidade das obras a realizar, resolvendo assim o problema mais premente com que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Redondo actualmente se depara.”-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao eleito Virgílio Ambrósio. -----

----- O eleito Vergílio Ambrósio disse que a Assembleia não tem muitas condições de trabalho, que inclusivamente as cadeiras não tem espaço. Quis, ainda, deixar um protesto contra a marcação de reuniões para dias de semana – que contêm numerosos pontos de assuntos a tratar. Disse que, em seu entender, estas marcações são para evitar e aprofundar os pontos em questão, e que estas atitudes eram de quando havia maioria absoluta, que tinha deixado de ser agora, em que o nível de participação e de interesse é maior. Propôs uma reflexão sobre este assunto e que o nível de participação não seja pelo facto de se receber a senhas de presença, mas sim pela participação democrática, e sublinhou que seria uma maneira do atual presidente se desligar deste campo, que tinha sido seguida pelos anteriores. -----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- Em relação a outro assunto, continua, disse que queria deixar em nome pessoal e da CDU a profunda admiração pela anterior secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Arminda Barradas, pelo profissionalismo, trabalho desenvolvido e simpatia. Outro desejo era o de deixar ao novo secretário da Assembleia Municipal, Sr.º Jorge Portel, um bom desempenho nas suas novas funções. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Daniel Cachopas. Intervenção que ora se transcreve:

----- *“Extractos das Actas das Assembleias de Freguesia de Montoito...*

“Outubro de 2006 - O eleito pediu a palavra para pedir ao executivo que procurasse uma solução para o problema da falta que qualidade e quantidade da iluminação pública, ao que o executivo prometeu que iria expor o problema à Câmara Municipal.

Dezembro de 2007 - As ruas são escuras, tristes. Já de si pouco movimentadas, este aspecto acaba por reforçar tal condição, sendo que até a própria avenida principal é bastante escura. Tal facto não será certamente um chamariz para as pessoas circularem à noite, assim como não será certamente motivo de visita e/ou afixação por parte de forasteiros. O Executivo irá alertar as entidades responsáveis, nomeadamente a Câmara Municipal de Redondo.

Outubro de 2008 - Disse o eleito que as ruas estão muito mal iluminadas, o que causa transtorno às pessoas, quer em Aldeias de Montoito quer em Montoito, que tem o mesmo problema, ao que o Executivo respondeu que a EDP e a Câmara já estão a par desse problema e que a EDP tem estado a trabalhar para melhorar as condições de luminosidade da freguesia.”

...

E podia continuar, pois este assunto foi levantado nas assembleias de freguesia, pelo menos entre 2005 e 2013, de forma contínua. As respostas eram sempre as mesmas, culpa da CMR, culpa da EDP.

Passada mais de uma década, eis que finalmente surgiu a solução. Graças à CIMAC, representante de todos os municípios do Alentejo Central, está assim finalmente o problema resolvido.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Assim, saibamos agora apreciar uma nova visibilidade nocturna na freguesia de Montoito, mas que não nos deixemos afectar por tanta luminosidade que nos comece a transportar para realidades paralelas e querer tirar daí louros e vantagens políticas que simplesmente não existem. Aliás, os factos mostram que no passado, se houve alguma inércia, essa foi bem identificada. Mas visto que o problema está e será resolvido, que se enterrem esses anos de escuridão e possamos disfrutar de tanta luz!”-

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro, Luís Pereira, do qual se transcreve:-----

----- *“A Uma Nova Atitude – PSD/CDS em vez de fazer oposição a quem está no poder faz oposição à verdadeira oposição que é a CDU.*

Mas vamos tentar perceber porquê?

Factos:

Começamos com algumas das propostas da CDU no actual mandato:

- Apoio à Natalidade aprovado em 2018 – 22 agregados familiares apoiados em 2018 com um valor total de 19 mil euros;

Em 2019 foram apoiados, até ao momento, mais 26 agregados com um valor total a rondar os 22 mil euros;

Todos estes 41 mil euros ficaram no comércio local do concelho de Redondo, 41 mil euros;

- Programa Juventude activa:

Mais de 150 jovens integrados em 2 anos com um pagamento total de bolsas de mais de 22 mil euros;

- Redução de 1980 euros nos lotes da Quinta da Faia para portadores do Cartão Jovem Municipal, com a abstenção de quem?

Da Uma Nova Atitude - PSD/CDS!

Mais dois exemplos:

- O alargamento do número de beneficiários dos apoios sociais concedidos pelo Município através da introdução do valor da despesa com habitação para o apuramento do rendimento per capita, até um máximo de 50 euros por mês;



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

- E o alargamento, a todos os anos do 2º e 3º ciclos do ensino básico, dos prémios de mérito escolar, podendo afirmar que este ano já 3 alunos beneficiaram desta medida positiva.

Só para recordar a Uma Nova Atitude – PSD/CDS que o Município de Redondo só dispõe de Cartão Jovem Municipal e do Programa Juventude Activa porque a CDU, na vanguarda da defesa dos interesses dos nossos jovens, apresentou as propostas que deram origem a estes dois programas.

Agora vamos aos factos da Uma Nova Atitude – PSD/CDS a não ser o facto de, com o MICRE, não permitirem que o IMI fosse já, em 2020, o mínimo permitido:

Alcance das medidas e propostas da Uma Nova Atitude:

ZERO, Um Grande ZERO

Não podemos medir qualquer alcance a não ser o repetir de situações que em mandatos anteriores a CDU e outras forças em oposição fizeram e continuam a fazer.

Por isso concluímos com esta afirmação que retrata a verdade dos factos:

Enquanto a CDU fez e continua a fazer muito, contra tudo e contra todos, em prol do Concelho e da sua população, outros apenas falam muito e fazem muito pouco ou nada.” -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro, Diogo Amélio. Intervenção que ora se transcreve:----

----- “Como o senhor Presidente sabe, são vários eventos promovidos pelo município e sendo muitos deles são de extrema importância para enriquecer os munícipes ou visitantes que vão assistir. muitos destes eventos têm custos elevados e são também motivo, empenho e esforço dos funcionários a eles afetos que se dedicam e trabalham no sentido de proporcionar um momento o mais rico possível. No entanto a adesão do público a alguns desses eventos, deixa a desejar e não dignifica o esforço e o trabalho dos funcionários e até daqueles que são convidados pelo município a apresentar e a discutir os temas em causa, bem como nos faz pensar o investimento feito naquele evento não poderia servir para participar medicamentos ou obras a um munícipe



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

mais carenciado ou com essas necessidades. Em muitos dos últimos eventos estive na plateia, estavam apenas funcionários, autarcas e talvez um ou dois munícipes. Na minha opinião os funcionários e oradores proporcionaram momentos com factos e visões que não seriam passíveis de outra forma, se não fosse aquele evento, todavia a afluência é pouca.

Há então aqui um ponto que nos deve fazer refletir, se os eventos têm valor porque é que a assistência é pequena ou quase não existe. Penso que a reposta só poderá ser que a comunicação é mal-executada. Faz-se uma agenda cultural, publica-se o Facebook e ficamos por aí e esperamos que os eventos tenham sucesso. Não pode ser srº Presidente!

Vou-lhe apenas dar 3 exemplos do que podia ter sido diferente.

No evento sobre o castelo de Montoito, porque não se fez um convite à turma de História ou Arqueologia da universidade de Évora para assistir ao evento.

No evento sobre o vinho, no fim de semana repleto de magustos, o timing por aí podia ter sido melhor, porque não convidaram os responsáveis das adegas dos concelhos, porque não se convidaram os antigos e atuais produtores de vinho de talha ou vinho dos amigos, como também foi chamado no evento. Podia ter sido um momento de convívio e aprendizagem ainda mais rico.

E no evento sobre a arte pastoril, porque não foram convidados por exemplo, os idosos dos lares ou os associados da Associação reformados e pensionistas- muitos deles trabalharam na atividade rural e aposto que teria sido uma alegria poderem rever algumas peças que fizeram parte do seu dia-a-dia.

Senhor Presidente não pode ser só fazer eventos, tem que se conseguir que os eventos tenham o maior sucesso possível e penso que é essa a vontade de todos nesta sala, fazendo que os eventos tenham sucesso, valoriza o nosso concelho, distingui-o de terceiros e valoriza-o, bem como valoriza o trabalho dos nossos funcionários, oradores e demais contribuintes dos eventos. Sei que o que disse acima dá trabalho. Senhor Presidente foi para ter trabalho e ser responsável por o concelho que foi eleito e é para isso também que tem vereadores em permanência, secretário e adjunto.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Outro dos assuntos que trago aqui hoje prende-se com o facto de haver mal sinalização em algumas das obras no concelho, é um facto desde que o município aumentou o número de vereadores em permanência, multiplicaram-se no facebook o número de publicações sobre arranjos e obras no concelho. Eu percebo que se tenha que se defender o investimento que se fez. É mais um vereador com o dinheiro de todos nós munícipes, todos nós perdão, nem todos nós aqui somos munícipes, no entanto talvez por serem muitas, as mesmas carecem de sinalização. Na estrada para o Freixo EM524 junto à courela das Roucas, estrada todos os dias serve a bastantes munícipes, foi aberta uma vala para a extensão da rede de abastecimento de água, porém faz hoje 13 dias tal obra, e não vi nenhum sinal a indicar perigo que pode advir da vala ou lombada de terra, que além de poder provocar danos nos veículos, pode no limite levar a acidentes de trânsito. Esta não sinalização não evento único.

No passado dia 15 o vidro de um carro foi partido no decorrer de trabalhos das limpezas das vias, uma forma simples de evitar teria sido a sinalização da via na véspera, como se fazem noutros concelhos de forma a quem procure usar o estacionamento, estacione então noutro lugar. Ainda assim o que me preocupa é se na véspera não se sabia ainda o que é que se iria fazer, se seria ali ou noutro lado por não existir planeamento.

Aproveito também para informar o senhor Presidente que há peças que se podem colocar nas roçadoras que evitam a projeção de pedras e que assim tornam este tipo de situações mais difíceis de acontecer.” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo, deixou uma observação acerca do que o membro Vergílio Ambrósio disse. Refere que há mais de um ano que tenta que reúnam todos para alterar o Regimento da Assembleia Municipal e dotá-lo de alguma melhoria e que essa ideia podia ser uma melhoria. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor António José Rega Matos Recto. -----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor António José Rega Matos Recto, cumprimentou todos os presentes. Respondendo ao eleito Domingos Madruga, e em relação aos bombeiros, perguntou se as questões tinham sido resultado de uma reunião, e se não foram serão coincidências a mais. Disse que já tinha falado e reunido, e que estava convencido que há amianto. Disse que são obras complicadas e de custo elevado. Ou haverá financiamento, ou ser só suportado pela câmara e bombeiros, não poderá ser, porque não há meios financeiros. -----

----- Em relação à intervenção do membro Daniel Cachopas, a substituição da iluminação pública resulta de um projeto liderado de CIMAC, que foi um projeto que demorou, que levou cerca de um ano para obter o visto do Tribunal de Contas. E sempre que houve uma solicitação de substituição de uma luminária a câmara não baixou os braços. Agora grande parte das luminárias, em Montoito, estão substituídas e a câmara fez questão de que a EDP comesse por Montoito, melhorando assim toda a iluminação da Freguesia de Montoito. -----

----- Respondendo ao eleito Diogo Amélio, disse que a agenda cultural não funciona só nos sites e facebook, é distribuída gratuitamente em todas as casas. Em relação aos eventos, disse que também lhe custa ir inaugurar uma exposição e só aparecerem os eleitos, não será por falta de divulgação, será por outros motivos, que terão que ser avaliados. Em relação à sinalização, podia adiantar que a obra estava sinalizada e que o sinal foi recolhido ao pé do Ecomuseu. -----

ORDEM DE TRABALHOS

Voto de Louvor ao Atleta Laurentino Piteira.

**(Ponto proposto pela UMA NOVA ATITUDE, Coligação PPD/PSD
CDS-PP)**

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro, Diogo Amélio. Intervenção que ora se transcreve:-----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- “No passado dia 26 de Outubro, Laurentino Manuel Fernandes Piteira, de 46 anos e natural de Redondo, atleta da equipa CAVA – Clube de Atletismo de Viana do Alentejo, participou no V Estrelaço Trail Ultra Endurance na distância de 180Kms e com um desnível acumulado de 8130m, tendo conquistado o Segundo Lugar na Classificação Geral e o Primeiro Lugar do seu escalão. Relembramos que esta prova é uma das mais duras e exigentes do País, atravessando a Serra da Estrela e a Serra do Açor.

Também no passado dia 17 de Novembro, conquistou o primeiro lugar absoluto na Prova de Trail Iberlince Barrancos, na distancia de 50Kms.

Estes são apenas dois exemplos das muitas conquistas que Laurentino Piteira tem feito desde que abraçou esta modalidade. Mais do que a suas faculdades físicas necessárias para competir em provas de tamanha exigência, a sua perseverança, foco, motivação e humildade, são características que o definem não só enquanto atleta mas também enquanto pessoa, fazendo dele um exemplo de dedicação, esforço e trabalho, tal como o reconhecem muitos dos seus adversários. Tudo isto, aliado aos milhares de Kms por trilhos de todo o país e também além fronteiras, faz do Laurentino um dos melhores atletas da actualidade no que diz respeito às provas de Ultra Trails.

Tendo em conta que com as suas prestações e feitos, leva o nome do nosso Concelho por Portugal e pela Europa, sendo motivo de enorme orgulho para todos os redondenses, proponho a aprovação de um voto de louvor ao Atleta Laurentino Piteira, e que em ocasião posterior, este documento seja publicado no site do município, redes sociais e lhe seja entregue um diploma de louvor.” -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro, Domingos Madruga. -----

----- No uso da palavra, disse que só queria acrescentar, que a UNA só agora é que tinha descoberto o Laurentino Piteira. O Laurentino já tinha sido atleta de ciclismo e que já tinha representado Portugal em competições internacionais e que sugeria que esse facto viesse mencionado no voto que ora apresentam.-----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro, Vergílio Ambrósio.-----

----- O membro disse que tinha algumas dúvidas sobre a naturalidade do Laurentino, proponha alterar para natural de Évora, acrescentar também a seguir ao 50kms que conseguiu fazer no extraordinário tempo de 5 horas, 28 minutos e 16 segundos e no final incluir-se uma proposta ao clube que ele representa e enviar o voto de louvor para ele e para o clube. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra à eleita, Mafalda Gama:-----

----- A eleita Mafalda Gama, disse que a UNA estava recetiva à alteração da proposta, mas relembra que, os restantes eleitos, receberam o documento e não propuseram nenhuma alteração, disse que futuramente seria melhor fazerem chegar as alterações.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o voto de Louvor. -----

Informações

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência entrada. -----

Apreciação da informação sobre a atividade municipal

----- A Assembleia Municipal apreciou a informação sobre a atividade municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Domingos Madruga: -----

----- O membro Domingos Madruga frisou que a informação financeira do município cada vez está mais completa e precisa, e que gostava de salientar o esforço de cada serviço do município tem efetuado para que, a cada assembleia tenha mais e melhor informação, para que os eleitos tenham melhor informação. -----

----- Perguntou, em relação ao Gabinete da CPCJ, se há alguma previsibilidade da conclusão das obras. Qual o resultado da reunião com a associação “Dignitude”. Referiu, relativamente aos *Saberes e Sabores*, para que os serviços tivessem cuidado, de



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

modo a que os produtores locais não ficassem expostos a uma fiscalização da ASAE e depois serem aplicadas coimas, e se forem que a autarquia assuma os custos. -----

----- Continuando, perguntou qual o ponto de situação do “DarkSky”. Em relação aos estágios PEPAL, se em algum não houve candidaturas, e dos que houve se é alguém do concelho, que beneficiará desses estágios. -----

---- Pergunta, ainda, qual o prédio que foi objeto de comodato com a Santa Casa de Misericórdia de Redondo e quais as atividades que lá se realizaram. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Luís Pereira. -----

----- O eleito Luís Pereira interveio para dizer que valoriza a colocação dos dispensadores de sacos para os dejetos dos animais e perguntou para quando a correção do nome da Rua Manuel Joaquim da Silva. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Vergílio Ambrósio. -----

----- O membro Vergílio Ambrósio interveio para realçar a participação da Biblioteca Itinerante de Redondo num congresso internacional, cujas conclusões ressaltam o importante desempenho das bibliotecas itinerantes, contra o despovoamento e como garante do mundo rural. Pergunta se a comunicação que foi enviada ao congresso foi a que lhe fosse enviada. Pergunta, também, o porquê de na página 17 conter um livro e um autor que não é citado. Gostaria de saber quem é. Continuou, perguntando o que é que a câmara fez com a entrega de cem livros do Sr.º Inverno, e se podem ser comprados? -----

----- Para terminar, questiona o porquê do vereador da UNA não participar de uma deliberação em reunião de Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor António José Rega Matos Recto. -----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que em relação ao Gabinete da CPCJ, as obras já tinham retomado. Em relação à associação “Dignidade”, disse que já tinha havido uma reunião, referiu que o que a Câmara Municipal de Redondo oferece atualmente é mais que o que esta associação propõe. Continuou, dizendo que neste programa a câmara investe e a associação faz a gestão do dinheiro, referiu que isto não lhe agrada. Da informação, que tem dos serviços, é que o Cartão existente na câmara tem uma maior abrangência. -----

----- Relativamente à iniciativa *Saberes e Sabores*, vamos chamar a atenção para essa situação. -----

----- Os estágios PEPAl, continua, existiram dois sem candidaturas, um de Veterinária e outro de Arquitetura e que iria abrir novamente. -----

----- Em relação ao contrato de comodato com a Santa Casa, tinha a ver com uma ação que a Câmara desenvolveu - 3 irmãos que estavam a morar numa habitação sem condições. Nesta situação há que valorizar os funcionários da Câmara por terem entrado nesta habitação, nas condições em que estava, foi preciso terem uma grande coragem. Os 3 irmãos estão, agora, alojados em habitação, propriedade da Santa Casa. -----

----- Respondendo ao eleito Luis Pereira, disse que não estava preocupado com a mudança de nome, mas sim com as tampas e os sumidouros. O nome é só alterar um azulejo. -----

----- Respondendo ao eleito Vergílio Ambrósio, disse que houve uma intervenção do técnico na Câmara no Congresso e que a Câmara candidatou um projeto para aquisição de uma viatura nova para a biblioteca itinerante. Relativamente à questão dos livros, a autarquia comparticipa no lançamento dos livros, comprando os mesmos, e que de uma maneira geral são para oferta. -----

----- Em resposta à última questão, e sobre as ausências dos Senhores Vereadores da Câmara em diversos pontos, se deve ao facto de estarem impedidos, de acordo com a lei, de votar. -----

----- Interveio o eleito Vergílio Ambrósio, para dizer que não comunga de Vereadores participarem naquilo que está aberto aos cidadãos. Deixou claro que não concorda. -----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Informação sobre a situação financeira do Município

----- A Assembleia Municipal apreciou a informação financeira do Município. -----

Informação de compromissos plurianuais assumidos

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Domingos Madruga: -----

----- No uso da palavra, interveio, para dizer que este documento era um bom exemplo para a coligação UNA perceber que deve ser votado favoravelmente o ponto número 11 da ordem de trabalhos, no entanto, disse que têm o reverso da medalha - autorizar previamente o esbanjamento de dinheiros públicos.

Proposta de adesão à AMPV – Associação dos Municípios Portugueses do Vinho

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo, para apresentar o referido ponto: -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, disse que a Câmara de Redondo foi sócia fundadora, e que aquando da sua criação tinha uns objetivos que eram uma maravilha, o que não se verificou à posterior. Disse que se tinha criado um grupo, com o “*chapéu*” da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, que se deslocava pelo país todo e inclusive ao estrangeiro e as Câmaras participavam estas coisas. Continuou dizendo que a situação tinha-se alterado e que nos dias de hoje o funcionamento é diferente, e que a associação começou com o funcionamento noutras áreas, que estão a tentar criar uma secção com azeite, e que a Câmara tornou a ter interesse em participar e que, inclusivamente, já se participou em duas reuniões. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Alfredo Barroso. -----

----- Interveio o membro Alfredo Barroso, para reforçar o que o Senhor Presidente tinha dito, e que na altura tinha havido dois votos contra, sendo um de Redondo. Disse que



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

uma das vertentes da associação era a de formar a rede dos Museus do Vinho, e, à altura, insistimos numa reunião com o secretário e nunca houve disponibilidade, e foi por isto que não nos interessou continuar. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao membro Vergílio Ambrósio.-----

----- O membro disse que sim, o Redondo deve aderir, e, aproveita, para reforçar uma ideia de um ex-eleito do PSD, Gonçalo Morais, que fossem dadas às ruas das Vinhas, o nome das castas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação o referido ponto.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a adesão à AMPV – Associação dos Municípios Portugueses do Vinho. -----

Proposta de Isenção de Taxas (Requerimento da empresa Poças Pereira)

----- O senhor Presidente da Assembleia, José Luís Mónica deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, António Recto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta, dizendo que era o pedido de isenção de taxas, e de acordo com o que a empresa se propõe a efetuar no Redondo, como Hotel de cinco estrelas e criação de sessenta postos de trabalho. Considera ser uma mais-valia para o concelho e refere a importância de manter e conservar o património edificado. Disse também, que a seu ver, não era por cerca de quatro mil euros que este investidor ia investir noutra localidade. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia, José Luís Mónica deu a palavra ao eleito Luis Pereira. Intervenção que ora se transcreve: -----

----- *“Que fique claro que o documento que hoje aqui discutimos não foi submetido a reunião de câmara, o que foi a reunião de câmara foi apenas um e-mail da dita sociedade de advogados. Podemos até afirmar que estamos perante um legalidade uma vez que a fundamentação da proposta da câmara nem sequer foi discutida pela câmara, foi um “tapar o Sol com a Peneira”.*

Este é um assunto que demonstra o desespero de uns e o deslumbramento de outros.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Uns porque se sentem perdidos e a perder força, outros porque estão deslumbrados e vale tudo para ganhar votos, mas ambas as situações se transformam numa verdadeira irresponsabilidade.

Com o dinheiro público não se assumem riscos como nos privados. Lembram-se do BES? Do Banif? Os portugueses lembram-se porque são eles que estão a pagar os riscos assumidos pelos bancos privados.

O que aqui vem é uma proposta aprovada em reunião de câmara por MICRE, PS e Uma Nova Atitude para isenção de taxas urbanísticas a uma empresa que hipoteticamente a Santa Casa da Misericórdia lhe cedeu o espaço do antigo hospital para a hipotética construção de um hipotético hotel de luxo naquele espaço, com um hipotético investimento de 5 milhões e meio de euros e a hipotética criação de 60 postos de trabalho.

Sim, é tudo hipoteticamente. porque o que se conhece é um e-mail de uma empresa a solicitar a isenção de taxas, mais nada.

Eu pergunto a todos os eleitos aqui presentes, se eu tiver um terreno na zona industrial de Redondo e enviar um e-mail para a câmara a dizer que vou investir milhões e criar dezenas de postos de trabalho, sem projecto, sem estudo de viabilidade económica, ou seja, sem nada a não ser um e-mail, os senhores eleitos vão isentar-me as taxas?

Se votarem a favor é o que estão a fazer, não conhecem o protocolo com a Santa Casa, se é que já existe, não conhecem projecto, que não deve existir, não conhecem estudo de viabilidade económica que não ainda não deve existir, enfim não conhecem nada, nem tão pouco uma estimativa das taxas a isentar, não sabem se são 5 mil se são 50 mil.

Parece isto um brincadeira de crianças a brincar aos políticos.

O senhor Presidente da Câmara não lhe bastou os “flops” da Vigia e da Palheta?

Quais as garantias para se poder votar em consciência?

Nenhumas!

Mas não deixa de ser caricato que em reunião de Câmara, autarcas com uma enorme experiência como o Senhor Presidente tenham votado a favor duma coisa que está numa fase embrionária e se conhece pouco ou nada, mas também não deixa de ser



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

menos caricato que o Vereador da Uma Nova Atitude se tenha absterido a uma proposta da CDU para redução dos lotes da Quinta da Faia para jovens até aos 29 anos e que agora sem mais nem menos vota favoravelmente a uma irresponsabilidade destas, sem conhecer sequer uma previsão de valores de taxas a isentar, é um cheque em branco!

Só o Vereador da CDU em reunião de Câmara votou contra, e aqui nesta assembleia os eleitos da CDU vão ter a mesma posição, no entanto, já sabemos o que algumas forças políticas poderão vir a fazer, que a CDU está contra o investimento, que não quer recuperar aquele espaço, que não quer empregos, bla bla bla.

Mas ao fazê-lo estão a mentir, estão a omitir e a deturpar os factos.

Que fique claro que a CDU quer investimento seja deste ou daquele, que seja de milhões e que crie muitos postos de trabalho, mas não desta forma irresponsável, sem fundamentos, sem nada em concreto.

Para terminar não podemos deixar de referir um aspecto que se prende com aquilo que entendemos como incompatibilidades nos exercício de cargos públicos, ainda que neste caso possa haver uma brecha na Lei.

Mas para nós é incompatível que dois irmãos da Misericórdia como é o caso do Vereador David Galego e do Vereador Luís Faleiro, na qualidade de irmãos votarem a favor da cedência daquele espaço a uma empresa privada, e depois na qualidade de Vereadores vêm, sobre o mesmo assunto isentar taxas municipais à mesma empresa, melhor dizendo, vêm propor à Assembleia que isente.

Há, para nós, conflito de interesses, não só nestes dois casos, como em todos aqueles que aqui são eleitos e que são irmãos da misericórdia que tenham votado a favor da cedência do antigo hospital à referida empresa e que venham aqui a votar a favor.”-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Alfredo Barroso: -----

----- No uso da palavra, interveio para dizer que nos documentos que lhe tinham sido distribuídos, constava uma certidão do Chefe de Divisão da Câmara Municipal com a informação toda. Em relação à simulação efetuada, disse que não traduz mais no que é feito com a ARU que isenta em 50% a obras de reabilitação dentro do centro histórico. -



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Domingos Madruga:-----

----- O eleito Domingos Madruga disse que deixaria a hipóteses hipotéticas para fatos concretos, porque, como disse como disse anteriormente, este processo não era transparente e que estaria à vontade para o dizer porque já tinha votado a favor na Misericórdia. No seu entender, continua-se com falta de informação, mas que é a favor de todo o investimento. Diz, também, que o email não cumpriu o artigo 12º das taxas e licenças, com a entrega de documentos. Disse que queria que não acontecesse o mesmo que aconteceu com a palheta e a Vigia. Continua, dizendo que esta empresa não tinha entregado nenhum IES desde a sua constituição, e que o seu objeto social não contempla a exploração de equipamentos hoteleiros. Volta a frisar que não está cumprida a legalidade do regulamento taxas e licenças.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Vergílio Ambrósio. Intervenção que ora se transcreve:-----

----- *“Engraçado, quando andei a fazer pesquisas sobre o Atleta Laurentino Piteira apareceu logo, relativamente ao Clube que ele representa o “CAVA” o n.º fiscal de Pessoa Colectiva. Quanto à Poças Pereira não o consegui obter.*

Nem no site do Portal MJ - Publicação On-Line de Actos Societários

Na linha 7 da transcrição do requerimento de “Poças Pereira” deixa-me surpreendido porque pelos tão escassos esclarecimentos e tão poucas informações sobre quem é “POÇAS Pereira” fiquei sem saber ao certo se é um hotel ou uma igreja. É utilizada a palavra Deificação que significa atribuição de carácter divino a pessoa, animal, etc.; divinização, apoteose, endeusamento.

Penso que não tenha sido propositado por ter a ver com a Santa Casa. Nesta decisão os irmãos da misericórdia com assento na vereação também não deveriam ter participado nesta votação, como o vereador da CDU refere na sua declaração de voto. Há aqui, no entender da CDU, sobreposição de interesses.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Alfredo Barroso:-----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- O eleito perguntou se se estava a aprovar a isenção de taxas ou a obra. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica pôs à votação o referido ponto. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com os votos a favor dos membros Alfredo Falamino Barroso, José Luís Nunes Marques Mónica, Manuel José Barro Branco Marouvas, José Miguel Lopes Inverno, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama, Maria Gabriela Sapateiro de Oliveira Jacinto Oliveira, Diogo Miguel Perdigão Amélio, Paulo Alexandre Feijão de Sousa, David Manuel Ambrósio Martelo, José Carlos Ramalinho Cidade e Henrique Duarte Caeiro Pereira, com os votos contra dos membros Vergílio Fernando Frade Ambrósio, Mariana Gertrudes Freira Recto e Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira, e com os votos de abstenção dos membros Daniel José Chambel Cachopas e Domingos António Mendes Madruga, aprovar a isenção de Taxas. -----

----- Foram apresentadas declarações de voto. -----

----- **PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude** -----

----- *“Em relação à proposta de isenção de taxas a uma empresa que pretende construir um Hotel de Luxo no Edifício do Antigo Hospital Concelhio decidem os eleitos da Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude votar a FAVOR*

O nosso sentido de voto é facilmente perceptível até diríamos expectável uma vez que a UMA NOVA ATITUDE já tinha consagrado no seu programa eleitoral a necessidade imperiosa do município de Redondo criar um programa de apoio ao investimento, de iniciativa privada, com vista à criação de emprego, aquilo a que chamámos o (REDONDINVEST).

Também nesse mesmo programa eleitoral vinha consagrada a necessidade de intervenção noutra áreas que para nós se apresentava como prioritária: a dinamização turística do concelho de Redondo. Servindo esta dinamização como auxílio à criação de polos de atratividade potenciando assim o aumento de visitantes no nosso concelho. Mais visitantes, mais turistas, mais receitas para o concelho contribuindo assim para um fortalecimento económico e aumento da rentabilidade da economia local.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Mais, também a recuperação de património degradado sempre foi outra das nossas preocupações. Foi nesse sentido que propusemos, e foi aprovado, em reunião de câmara, o programa HABITAJOVEM, e foi igualmente neste âmbito que desde logo no programa eleitoral da UMA NOVA ATITUDE inscrevemos na sua página 5 a criação, precisamente para o espaço do Edifício do Antigo Hospital Concelhio, de um Centro de Inteligência Turística, Artes e Criatividade (CITAC).

Seja um Centro de Inteligência Turística, Artes e Criatividade (CITAC) seja um hotel de luxo, o que seja, temos a obrigação de contribuir para encontrar soluções vantajosas para os munícipes não deixando degradar o património concelhio. Não podemos é criar entropias no apoio ao investimento, inviabilizando investimentos geradores de emprego Ora este em concreto poderá colocar diariamente na nossa terra mais 60 ou 70 visitantes com o poder de compra de quem ficará instalado num hotel de luxo e que se traduzirá em receitas adicionais para a nossa restauração, Enoturismo, empresas que comercializam produtos tradicionais, e tantas outras actividades económicas.

Somos a favor da isenção de taxas urbanísticas, não só para esta, mas para qualquer outra empresa que invista na criação de postos de trabalho no nosso concelho, situação que consideramos ser fundamental para o futuro da nossa terra.

Estivesse já em aprovado pelo município o programa REDONDINVEST, pelo qual tanto nos temos batido, e a isenção de taxas urbanísticas não era sequer hoje tema de análise pois ao invés de estarmos aqui a discutir a isenção de 4 ou 5.000 € em taxas urbanísticas potencialmente geradora de 60 postos de trabalho, qualquer investidor que chegasse a Redondo para investir, teria disponível uma bolsa de créditos (em isenções de taxas, impostos e tarifas) com regras claras e conhecidas de todos, e não precisavam sequer de pedir estes benefícios ao município, pois saberiam à priori quais os requisitos necessários para os obter.

Vejamos: com a REDONDINVEST em funcionamento um investimento de 5 milhões de Euros gerador de 60 postos de trabalho teria à sua disposição um apoio da Autarquia a rondar os 36.000 €, ou seja é facilmente perceptível a disponibilidade para



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

prescindirmos 5.000 € em receitas de taxas urbanísticas logo que a obra esteja a decorrer!

Adicionalmente a vantagem para o concelho de modo a evitar a ruína do Edifício do Antigo Hospital Concelhio é exponencialmente superior ao valor da isenção das taxas urbanísticas.

Recordamos que 3 importantes bandeiras eleitorais da UMA NOVA ATITUDE tinham por designação: CITAC, REDONIVEST e HABITAJOVEM. Não foi ao acaso que o Edifício do Antigo Hospital Concelhio mereceu em específico, numa página inteira do nosso programa eleitoral, a preocupação da equipa da UMA NOVA ATITUDE.

Inviabilizar este ou outro investimento quando estão em causa 4 a 5.000 € de redução de receita, por tamanha contrapartida, seria uma decisão política da maior irresponsabilidade com consequências nefastas para futuros investimentos no concelho! Nenhum munícipe compreenderá que o município inviabilize este investimento por uma irreduzível teimosia, ou pior ainda, por incapacidade de reconhecer a importância da iniciativa privada. Haja mais investimentos assim.

Os membros eleitos pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude” -----

----- CDU -----

----- “A CDU entende que seria vantajoso para o concelho de Redondo, para a população de Redondo a criação de novos 60 postos de trabalho, para o património histórico de Redondo a recuperação do edifício e a sua transformação num hotel (aqui até esquecemos o hotel de luxo), bastar-nos-ia um hotel e o incremento que isso iria dar à dinâmica do concelho e da sua economia. E ninguém mais do que nós gostaríamos que as coisas acontecessem linearmente como as enunciámos. Nesta proposta aqui apresentada faltam-nos elementos de análise, desde elementos de análise da conformidade da empresa “Poças Pereiras” com o ordenamento jurídico português, desde logo, elementos do Registo Comercial, para aquilatarmos do seu objecto social, capital, sede, número de identificação de Pessoa Coletiva. Não temos nada. Não vamos votar a favor de uma coisa de que nada sabemos. Para o concelho servir de cobaia já temos o empreendimento da Palheta e da Vigia



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Por estes motivos votamos contra. Poderemos mudar de opinião se a fundamentação for mais esclarecida e completa.” -----

Revisão do Plano Diretor Municipal – Comissão Consultiva

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica disse que no referido ponto teria que haver uma votação nominal e que fossem apresentadas as listas.

----- Foi apresentada uma lista, que foi denominada como lista A - membro Daniel Cachopas. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, através de votação nominal, com sete votos a favor e dez votos em branco, eleger o membro Daniel José Chambel Cachopas para a Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal.

Proposta – Regulamento de Taxas e Licenças Municipais 2020

----- Não havendo pedido de intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o respetivo regulamento. -----

----- Foram apresentadas declarações de voto.-----

----- **PS** -----

-----“O Partido Socialista votou a favor da política de continuidade de não actualização do valor a cobrar no âmbito do Regulamento de Taxas e Licenças, contribuindo assim de maneira importante no apoio a famílias e empresas num concelho carente de criação de emprego e atracção de investimento.

O PS entende que esta medida é positiva e poderá ajudar por um lado as famílias e por outro lado as empresas na medida em que mantendo inalterados os valores a cobrar ao nível das taxas e licenças, aliado ao facto da política de reposição de rendimentos do governo do Partido Socialista, permite um maior rendimento disponível das famílias e um não aumento das despesas das empresas.”

Redondo, 26 de Novembro de 2019



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Daniel Cachopas

Domingos Madruga

Manuel Marouvas” -----

----- **MICRE** -----

----- “*Declaração de voto: Taxas e Licenças para 2020.*

Quanto à proposta de não atualização das Taxas e Licenças Municipais, na sequência de anteriores isenções e reduções, embora representando mais um esforço financeiro por parte da CMR, merece o voto favorável dos eleitos do MICRE na AMR, dentro do princípio de incentivar os munícipes e a economia local. Realçamos a existência de reduções e isenções na área urbanística durante um período de 15 anos contempladas no âmbito das ARU e respetivas ORU e PERU em vigor para a reabilitação urbana, potenciadoras de eventuais financiamentos via IFFRU. O MICRE, com a dedicação dos seus eleitos, assegura que trabalhará com todos em todos os órgãos e estará sempre disponível para os consensos que melhor sirvam a gestão dos órgãos autárquicos do concelho de Redondo. Naturalmente com a legitimidade dos resultados eleitorais e respeitando o que os redondenses escolheram, não excluindo eleitos nem deixando de assumir as suas responsabilidades nem de as imputar a quem não as assuma.

OS ELEITOS DO MICRE “-----

Proposta – Regulamento para atribuição de apoio no âmbito da aquisição e recuperação de habitação própria para jovens e jovens casais – HabitaJovem

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, António Recto para explicação do ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que se tratava de mais um documento para facilitar a vida aos jovens que pretendam construir habitações no concelho e para que os privados possam participar e contribuir para a recuperação do edificado. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica deu a palavra ao eleito Domingos Madruga. -----

----- O eleito Domingos Madruga disse que seria conveniente que alguém da Nova



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Atitude desse explicações, porque o regulamento é mais restritivo que a lei. Começou por dizer que este regulamento era decalcado do regulamento 594/2015 da Câmara Municipal de Monchique e que, ainda por cima a cópia foi mal efetuada. Disse que o preâmbulo era todo igual ao documento original. Disse que ainda não tinha percebido porquê, mas que todas as câmaras pedem as cadernetas prediais para provar a titularidade do imóvel. A caderneta predial não prova titularidade nenhuma. No artigo nono, em relação à questão dos quarenta anos e que diz que é para maiores de idade, o regulamento esqueceu os menores equiparados a maiores. Deu como exemplo as pessoas de dezasseis anos que casem porque os pais autorizaram não terão direito a estes benefícios. No artigo 10 número um, alínea a), volta a referir que devia de estar a titularidade comprovada através da certidão predial. -----

----- Na continuação da palavra, em relação aos apoios, aquilo que a UNA propõe, o estado propõe muito mais. Referiu ainda que o Código do IMT não estava como lei habilitante e deveria tal lei estar referida, porque não se pode mexer no IMT sem ter uma lei habilitante que o permita. Disse, também, que esta proposta não servia para nada, que a UNA copia regulamentos de outras câmaras e não os estuda e que inventa coisas que são completamente ilegais. No artigo décimo terceiro a UNA está a restringir mais do que a lei diz. E perguntou se iriam votar um documento que não serve para nada, que ao contrário do que se disse, não ajuda as famílias e os jovens casais. O que gostava de ter visto é que a Câmara para além dos apoios do Estado viesse apoiar para além destes. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que documentos da UNA, não tinha visto nenhum, mas sim da Câmara Municipal de Redondo. Até porque o documento esteve em consulta pública e não foi dito nada. -----

-----O eleito Domingos Madruga referiu que está ali na qualidade de eleito e não unicamente de munícipe e é como eleito que está avaliar os documentos que lhe são enviados.-----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica deu a palavra ao eleito Vergílio Ambrósio.-----

----- O membro interveio para dizer que está a haver falta de cuidado da Câmara nos documentos que está a enviar à Assembleia e que era de tal forma paradoxal, que no artigo sexto e décimo deste regulamento era um elencar de documentos que são exigíveis e todos pagos a peso de ouro. Em relação à questão de maiores de idade, devia constar a expressão: “indivíduos com a idade mínima para contrair casamento”. Disse, ainda, que o documento devia ser aperfeiçoado. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou o regulamento à votação. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta com os votos a favor dos membros Alfredo Falamino Barroso, José Luís Nunes Marques Mónica, Vergílio Fernando Frade Ambrósio, José Miguel Lopes Inverno, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama, Mariana Gertrudes Freira Recto, Maria Gabriela Sapateiro de Oliveira Jacinto Oliveira, Diogo Miguel Perdigão Amélio, Paulo Alexandre Feijão de Sousa, David Manuel Ambrósio Martelo, Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira, José Carlos Ramalinho Cidade e Henrique Duarte Caeiro Pereira e com os votos contra dos membros Manuel José Barro Branco Marouvas, Daniel José Chambel Cachopas e Domingos António Mendes Madruga, aprovar o respetivo Regulamento. -----

----- Foram apresentadas declarações de Voto. -----

----- **CDU** -----

----- *“Importa referir que a CDU contribuiu decisivamente para o desbloquear de um impasse na discussão deste regulamento, que se prendeu com a definição daquilo que eram isenções e o que eram reduções de taxas e tarifas municipais.*

Importa ainda referir que a versão submetida a discussão pública, aqui hoje discutida, é muito diferente daquela que inicialmente foi proposta pela Uma Nova Atitude – PSD/CDS, o que revela que a Uma Nova Atitude – PSD/CDS nunca se preocupou com o alcance da medida proposta mas sim com o nome a aprovar.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Para a CDU tudo que que são boas propostas que beneficiem a população e o concelho merecem o nosso voto favorável e não avaliamos a proposta pelo nome mas sim pelo conteúdo da mesma, já o mesmo não acontece com outras forças políticas. E exemplo disso foi a abstenção da UNA na proposta da CDU de redução de cerca de 2 mil euros no valor dos lotes da Quinta da Faia para portadores do Cartão Jovem Municipal.

Estas são algumas diferenças entre a Uma Nova Atitude – PSD/CDS e a CDU, a CDU em primeiro lugar avalia os interesses da população do Concelho de Redondo e não o que consta no seu programa eleitoral.”-----

----- PS -----

----- “Apesar do princípio do regulamento ora submetido a votação ter na base o apoio à compra e reabilitação de habitação para jovens e jovens casais e, por via disso, a reabilitação do património edificado, é um bom princípio, votamos no entanto contra por entendermos que o presente regulamento é mais restritivo que o Código do I.M.T. e do que o Estatuto dos Benefícios Fiscais, retirando benefícios aos munícipes que a lei tributária lhe atribui.

O presente regulamento, decalcado do Regulamento nº 594/2015 da Câmara Municipal de Monchique, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 167, de 27 de Agosto de 2015, não soube aproveitar os benefícios que tal regulamento deu aos munícipes daquele concelho algarvio, elaborando assim a coligação “Uma Nova Atitude” um regulamento de muito duvidosa legalidade.

Redondo, 26 de Novembro de 2019

Daniel Cachopas

Domingos Madruga

Manuel Marouvas”-----

----- PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude -----

----- “Congratula-se a UNA pela aprovação por unanimidade pelo executivo municipal a implementação do programa HABITAJOVEM. Cumprindo o compromisso apresentado aos eleitores avançamos com a proposta do Programa HABITAJOVEM de



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

modo a fomentar a fixação de mais população jovem e ao mesmo tempo promover a reabilitação de imóveis no concelho.

Uma vez que segundo os censos se tem verificado uma diminuição da população residente concomitantemente com um envelhecimento generalizado da população e considerando que os Jovens e os Idosos são franjas da sociedade muito vulneráveis, importa reforçar medidas que promovam a fixação de população jovem, incrementando a coesão social e a proximidade entre os mais idosos e os seus descendentes familiares. È nossa convicção que nas políticas municipais devem estar subjacentes estratégias de desenvolvimento, onde se preveja uma aplicação de medidas de combate à desertificação. Tendo em conta que ainda que se verifica a degradação de muitos fogos nos aglomerados urbanos do concelho representando os mesmos um património urbanístico reconhecido e cuja reabilitação urge promover este programa permite que jovens até aos 40 anos de idade possam beneficiar de:

- Isenção do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis);*
- Isenção de Taxas Urbanísticas;*
- Isenção do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) por um período adicional de 5 anos ao que por lei têm direito.*

Pelo supre mencionado votamos favoravelmente a implementação do regulamento HABITAJOVEM

Os membros eleitos pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude”-----

Autorização prévia prevista na Lei dos Compromissos para o ano de 2020

----- Presente e submetida a aprovação da Assembleia Municipal a proposta aprovada na reunião da Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e dezanove. Foi aprovada por maioria e em minuta, a proposta de AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PREVISTA NA LEI DOS COMPROMISSOS PARA O ANO DE 2020, que ora se submete e transcreve: -----

----- *“Fundamentação:*



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

A delegação de competências é o ato pelo qual um órgão da administração, competente para decidir em determinada matéria, permite de acordo com a lei, que outro órgão ou agente pratiquem atos administrativos sobre a mesma matéria, sendo para isso necessário verificarem-se três requisitos:

- a) uma lei que preveja expressamente a faculdade de um órgão delegar poderes noutra órgão ou agente;*
- b) a existência de dois órgãos ou de um órgão e um agente da mesma pessoa coletiva pública;*
- c) o ato pelo qual o delegante concretiza a delegação dos seus poderes no delegado permitindo-lhe a prática de certos atos na matéria sobre a qual é normalmente competente.*

Considerando, por um lado, o disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*

Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Considerando, que o art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art.º 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais.

Proposta:

Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente ao Presidente da Câmara Municipal, com base no Decreto – Lei n.º 127/12, de 21 de junho:

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pelo Presidente da Câmara Municipal, nos casos seguintes:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3. Ao abrigo do disposto no n.º3 do art.º6 da Lei n.º8/12, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei 22/2015, de 17 de março, delegue no Presidente da Câmara Municipal a competência para assumir compromissos plurianuais referidos no n.º1 do art.º6 da referida Lei, quando o valor do compromisso anual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º1 do art.º22 do decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

5. *Em cumprimento do disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 35º, articulado com a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Presidente da Câmara deve dar conhecimento à Assembleia Municipal das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competência.*

6. *A presente deliberação deverá ser submetida a apreciação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º6 da Lei n.º8/12, de 21 de fevereiro e do art.º12 do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.*-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal, Senhor José Luís Mónica, deu a palavra ao eleito Vergílio Ambrósio.-----

----- O eleito Vergílio Ambrósio disse que na alínea número 1 da proposta que havia uma palavra que não estava correta, que está escrito contração e que deveria estar contratação. Disse que o Dr. José Bernardo define logo no início o que são delegação de competências, e que o transcreveu do direito administrativo do Dr. Freitas do Amaral. --

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com os votos a favor dos membros Alfredo Falamino Barroso, José Luís Nunes Marques Mónica, Manuel José Barro Branco Marouvas, Vergílio Fernando Frade Ambrósio, José Miguel Lopes Inverno, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Daniel José Chambel Cachopas, Mariana Gertrudes Freira Recto, Maria Gabriela Sapateiro de Oliveira Jacinto Oliveira, Domingos António Mendes Madruga, Paulo Alexandre Feijão de Sousa, David Manuel Ambrósio Martelo, Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira, José Carlos Ramalhinho Cidade e Henrique Duarte Caeiro Pereira, e com os votos contra dos membros, Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama e Diogo Miguel Perdigão Amélio aprovar a proposta supra transcrita. -----

----- Foram apresentadas declarações de voto. -----

----- **PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude.** -----

----- *“O sentido de voto dos eleitos da UNA é o mesmo que em anos anteriores.”* -----

----- **PS** -----

----- *“A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais durante o ano de 2020 concedida por parte desta assembleia ao Sr. Presidente da Câmara é vital*



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

para o bom funcionamento da autarquia, evitando assim a constante convocatória de sessões extraordinárias e os elevados custos associados à realização de cada sessão.

Sem esta autorização, o funcionamento da autarquia pararia completamente e poderiam ficar em risco, por exemplo, a aquisição de bens alimentares para a comunidade escolar, como aliás se pode constatar do ponto 5 da Ordem de Trabalhos, entre toda a restante gestão corrente.

Por outro lado, esta autorização permite abusos, sobretudo na contratação de serviços para pagamento de favores eleitorais, facto que aliás muito ocorre neste município.

Ponderadas as duas situações, entendemos que prevalece o interesse do bom funcionamento da autarquia e os interesses dos munícipes, para além de que os abusos desta autorização prévia serão devidamente julgados no local próprio, as eleições autárquicas de 2021.

Redondo, 26 de Novembro de 2019

Daniel Cachopas

Domingos Madruga

Manuel Marouvas”-----

Taxa Municipal de Direitos de Passagem

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica colocou à votação o referido ponto.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta a taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----

Taxa de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares)

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo, António Recto para explicação do ponto em apreciação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que a Câmara pode ir a cinco por cento da receita do IRS, que as pessoas não ficam a pagar mais daquilo que pagam, a câmara tem



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

direito a essa percentagem. Disse que durante dois anos a câmara reduziu para 3% e que a proposta é que fossem repostos os 5% e que tinha a ver, sobretudo, com algumas dificuldades de receita. Frisou que tendo em conta o rendimento das pessoas e principalmente dos mais baixos rendimentos, que tinham sido melhorados nestes dois anos e que para além disso prevê-se que no próximo orçamento de estado, sejam criados mais dois escalões do IRS, o que será um sinal de que há uma diminuição. Que para além disto, continuará a haver isenção de pagamento de IRS por parte de pessoas singulares com rendimentos baixos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica deu a palavra ao eleito Vergílio Ambrósio.-----

----- No uso da palavra disse que era uma luta antiga da CDU em relação ao IRS, e que acham que tudo o que se faça para as pessoas do Redondo poderem ficar com dinheiro no bolso, que devem ficar. Porque se a Câmara puder prescindir de alguma receita em benefício da população melhor será. Disse que a posição da CDU seria sempre esta. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pós à votação o referido ponto. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com os votos a favor dos membros Alfredo Falamino Barroso, José Miguel Lopes Inverno, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Maria Gabriela Sapateiro de Oliveira Jacinto Oliveira, Paulo Alexandre Feijão de Sousa, David Manuel Ambrósio Martelo e Henrique Duarte Caeiro Pereira, e com os votos contra dos membros, José Luís Nunes Marques Mónica, Manuel José Barro Branco Marouvas, Vergílio Fernando Frade Ambrósio, Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama, Daniel José Chambel Cachopas, Mariana Gertrudes Freira Recto, Diogo Miguel Perdigão Amélio, Domingos António Mendes Madruga, Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira e José Carlos Ramalinho Cidade, não aprovar a Taxa de IRS. -----

----- Foram apresentadas declaração de voto. -----

----- **PS** -----

----- *“O Partido Socialista sempre tem defendido que os munícipes devem sem aliviados de carga fiscal que, conjuntamente com a reposição de rendimentos que tem vindo a ser*



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

levada a cabo pelo Governo do PS, permite às famílias aumentar o seu rendimento disponível.

Nos últimos anos, o PS tem defendido a baixa deste encargo para as pessoas residentes neste concelho e, por isso, em consciência e na continuidade da linha de actuação que norteia os eleitos do PS, não podemos concordar com o aumento da carga fiscal para os municípios em 2020.

Redondo, 26 de Novembro de 2019

Daniel Cachopas

Domingos Madruga

Manuel Marouvas”

----- PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude -----

----- “A UMA NOVA ATITUDE definiu no seu programa autárquico a passagem de uma taxa de IMI de 0,425% para 0,30%, numa política de redução de impostos para as famílias e empresa. Também contemplava a aplicação de escalões tarifários mais justos. A alteração da taxa de IRS e visto que os municípios com salários mais baixos estão já por si isentos de IRS não era uma prioridade. Nem a sua redução, nem o seu aumento pois achamos que o alívio de impostos às famílias deverá ocorrer via IMI. Não conseguimos contudo compreender a posição do MICRE que propôs em 2017 a redução desta taxa de participação variável no IRS de 5% para 3% e volvidos 2 anos voltar a propor exatamente o contrário colocando de novo a taxa no seu valor máximo. Mais uma vez este tipo de posições, atitudes é sintomático do desnorte e da falta de estratégia e rumo.

Decidimos pois votar contra este aumento da taxa de IRS.

Os membros eleitos pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude”-----

----- MICRE -----

----- “Declaração de voto: Taxa de IRS.

Considerando a possibilidade de os municípios fixarem anualmente até 5% a taxa que incide sobre o IRS dos sujeitos passivos com residência fiscal no concelho os eleitos do MICRE na AMR assumindo a sua posição de respeito e humildade que sempre



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

defenderam nas suas posições, votam favoravelmente a proposta do presidente da câmara aprovada por maioria em reunião de câmara e com efeitos em 2020. Naturalmente com a legitimidade dos resultados eleitorais e respeitando o que os redondenses escolheram, não deixando de assumir as suas responsabilidades nem de as imputar a quem não as assuma.

OS ELEITOS DO MICRE”-----

*----- **Presidente da Junta de Freguesia de Redondo.** -----*

----- “Não posso concordar irmos descontar a quem ganha setecentos euros e a seguir vamos baixar o IMI a quem tem patrimónios elevadíssimos”. -----

*----- **CDU** -----*

----- “Até dá pena ler a informação interna tão esclarecedora e detalhada que foi fornecida aos eleitos da Assembleia pela Divisão Administrativa e Financeira sobre a cobrança da taxa do IRS, e depois os elementos do MICRE, no executivo camarário, virem propor a taxa máxima no IRS.

O problema subsiste agora como era evidente no tempo das políticas de empobrecimento levadas a cabo pelos governos de Passos Coelho e de Portas em que o executivo de maioria absoluta MICRE também sempre aplicou a taxa máxima.

Para a CDU uma única coisa é evidente nestas decisões. A subtracção às famílias de Redondo de verbas que poderão contribuir para uma melhor qualidade de vida, e estamos a falar num universo estimado de 2000 famílias.

Porque achamos que todo o dinheiro que possa ficar na posse das famílias será vantajoso para elas, achamos que a percentagem do IRS se deveria manter nos 3%, tendo em conta que a taxa de IMI não será a mínima permitida, a CDU vota contra”.---

Taxa do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo, António Recto. -----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- O Senhor Presidente da Câmara, António Recto, disse que o que vem à Assembleia é uma redução de cinco centésimas, passa para 0,325%, e que vai no sentido de uma redução gradual até ao fim da legislatura, até chegar aos 0,3%. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Vergílio Ambrósio. -----

----- O eleito Vergílio Ambrósio disse que todas as forças políticas tinham apresentado propostas diferentes e que todas tinham sido votadas umas contra as outras e como tal a proposta que podia ter algum aproveitamento seria a do MICRE, porque haveria uma redução de 3,5 para 3,25, tinha sido, de certa forma, induzida pela CDU e que seria a melhor proposta aceitável. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o referido ponto. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com os votos a favor dos membros Alfredo Falamino Barroso, José Luís Nunes Marques Mónica, Manuel José Barro Branco Marouvas, Vergílio Fernando Frade Ambrósio, José Miguel Lopes Inverno, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Daniel José Chambel Cachopas, Mariana Gertrudes Freira Recto, Maria Gabriela Sapateiro de Oliveira Jacinto Oliveira, Domingos António Mendes Madruga, Paulo Alexandre Feijão de Sousa, David Manuel Ambrósio Martelo, Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira e Henrique Duarte Caeiro Pereira, com o voto contra do membro, José Carlos Ramalinho Cidade e com os votos de abstenção dos membros Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama e Diogo Miguel Perdigão Amélio, aprovar a Taxa de IMI.

----- Foram apresentadas declarações de voto. -----

----- **PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude.** -----

----- *“Declaração de voto dos membros eleitos à Assembleia Municipal pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude referente ao ponto 14 – Proposta de taxa de IMI.*

A UMA NOVA ATITUDE (Coligação PPD/PSD. CDS-PP) no seguimento do seu compromisso eleitoral para com os cidadãos do concelho de Redondo tem definido como prioridades aa sua intervenção a promoção do crescimento económico, da



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

coesão social e da competitividade territorial, o alívio do peso fiscal sobre as famílias e as empresas, a gestão públicas equilibrada e sustentável, a promoção de medidas fiscais podem fazer a diferença no combate à erosão demográfica e na promoção e proteção da família e o reforço da sustentabilidade ecológica do concelho, requalificando e regenerando o território.

Nesse sentido a UMA NOVA ATITUDE (Coligação PPD/PSD. CDS-PP), propôs ao Executivo Municipal a aprovação da baixa da taxa de IMI para 0,325;

Para além disso foi também sugerido Introduzir uma redução de 25% da taxa do imposto municipal sobre imóveis, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 44-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nos termos do n.º7 do artigo 44-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os benefícios previstos no referido artigo são aplicáveis pelo período de cinco anos.

1.1 Continuar a aplicar a dedução fixa (em €) ao valor apurado de IMI a pagar, consoante o número de dependentes no âmbito do n.º1 do artigo 112.º-A do CIMI, da seguinte forma:

<i>Número de dependentes a cargo</i>	<i>Dedução fixa (em €)</i>
<i>1.....</i>	<i>20</i>
<i>2.....</i>	<i>40</i>
<i>3 ou mais</i>	<i>70</i>

1.4 – Manter a Majoração em 30% a taxa de IMI aplicável a prédios urbanos degradados, nos termos do n.º8 do art.º 112.º do CIMI, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

A Câmara Municipal deliberou por maioria e em minuta com quatro votos contra do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Portel, David Grave e Luís Faleiro, com um voto a favor do Vereador David Galego, rejeitar a proposta apresentada.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Tudo faremos para que o compromisso que assumimos na campanha eleitoral de reduzir a taxa de IMI para 0,30% seja cumprido. Propusemos assim a redução da taxa de IMI para 0,325% numa lógica de redução gradual, que vai de encontro ao nosso compromisso eleitoral. Sendo que achamos que esta redução deverá ser efetuada gradualmente pois tem um forte impacto na redução das receitas, tanto da Câmara Municipal, como nas Juntas de Freguesia. A aplicação gradual desta medida num período de 4 anos permite que tanto a Câmara como as Juntas ajustem os seus orçamentos, nomeadamente na redução da despesa, ou na obtenção de novas receitas, que permitam acomodar o impacto da redução do imposto cobrado em sede de IMI.

A nossa proposta para 2020 é diferente de todas as outras pois reflecte a nossa preocupação ambiental. É esse o motivo que nos leva a propor este ano, que ao abrigo do Estatuto do Benefícios Fiscais, se aplique uma redução adicional de 25% da taxa do IMI para os prédios que cumpram os mais elevados critérios de eficiência energética. É obrigação de cidadania de cada um de nós promover a sustentabilidade ambiental, a redução energética e a descarbonização.

Mantivemos na nossa proposta a aplicação do coeficiente familiar que beneficia ainda mais as famílias com descendentes a cargo.

Da discussão das várias propostas, e por forma a ultrapassar o impasse possibilitando a aprovação de uma proposta, e sendo a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara a que reuniu maior número de votos favoráveis (2 votos do MICRE), foi decidido unanimemente a abstenção de PCP, PS e UMA NOVA ATITUDE para ainda assim ser possível reduzir a taxa de IMI de 0,35% para 0,325%.

Os membros eleitos pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude”-----

*----- **MICRE** -----*

----- “Declaração de voto relativo à Taxa de IMI –AM de 26/11/19

A fixação da taxa do IMI para o ano de 2020, enquanto um dos fatores, mas não o único no cálculo do valor a pagar por cada proprietário, tem sido objeto de várias posições e análises. Sempre nos comprometemos a saber ler o sentimento dos redondenses e respeitar a sua vontade havendo já alguns benefícios no âmbito das ARU



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

e respetivas ORU e PERU em casos de reabilitação urbana, conforme aprovações da CMR e da AMR. (ver anexo).

A presente proposta de redução da taxa do IMI para 0,325 %, bonificada em função do nº de descendentes, apresentada pelo presidente da câmara e aprovada por maioria na reunião de câmara de 23/10/19, traduzindo-se numa diminuição de receitas quer para a CMR quer para as JF, com particular impacto na JF de Montoito, merece o voto favorável dos eleitos do MICRE na AMR por entendermos ser essa a mensagem que os redondenses transmitiram. O MICRE, com a humildade e dedicação dos seus eleitos, assegura que trabalhará com todos em todos os órgãos e estará sempre disponível para os consensos que melhor sirvam a gestão dos órgãos autárquicos do concelho de Redondo. Naturalmente com a legitimidade dos resultados eleitorais e respeitando o que os redondenses escolheram, não excluindo eleitos nem deixando de assumir as suas responsabilidades nem de as imputar a quem não as assuma.

Anexo: em vigor

IMI :*Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de 50% do imposto municipal sobre imóveis por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos.*

IMT: *São isentas de 50% do IMT as aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na 'área de reabilitação urbana' e IVA: Bens e serviços sujeitos a taxa reduzida: 6%, bem como 50% de **redução das taxas urbanísticas** aplicáveis aos imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de janeiro de 2016 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2030.*

OS ELEITOS DO MICRE”-----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Redondo** -----

----- “Façam um estudo, de quais os proprietários que estão a ser beneficiados hoje em dia a baixarmos o IMI, porque a maior parte dos Redondenses, infelizmente não paga



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

IMI, e vejam quem paga e os benefícios que têm do Município. Nós ao estarmos a tirar de quem pode e a pôr em causa os benefícios de quem não pode. Portanto quem paga IMI tem regalias, desporto de borla, educação de borla, transportes de borla. Não vamos pôr em causa isso tudo, e só beneficiar quem pode pagar.”-----

----- CDU -----

----- “Esta história da redução da taxa de IMI já é uma velha conhecida dos eleitos da CDU no executivo da Câmara e na Assembleia Municipal.

Também aqui no tempo das políticas de empobrecimento levadas a cabo pelos governos de Passos Coelho e de Portas em que o executivo de maioria absoluta MICRE, a CDU se bateu para que houvesse uma redução. Tentou de todas as formas demover a irredutível posição dos membros do executivo camarário de então, propondo até que os moradores de Redondo que participavam com o seu trabalho no êxito das Ruas Floridas pudessem beneficiar de uma redução maior. Pouco ou nada foi conseguido. Era sempre o máximo ou próximo do máximo que aprovavam e impunham. Até parecia que não gostavam das populações que os elegiam.

Com as propostas que a CDU tem vindo a fazer no ano de 2020 os munícipes de Redondo estariam a pagar o mínimo consentido por lei – 0,30% - e manteriam este pagamento até ao final do mandato.

Mais uma vez não foi possível. Baixou, não o que a CDU propôs. Por acharmos que os 0,30% é que era o certo, abstivemo-nos nesta votação, não baixando os braços e continuando a lutar pela conquista do mínimo de IMI para a população de Redondo.”--

Taxa de Derrama

----- O Presidente da Assembleia Municipal, Senhor José Luís Mónica passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, António Recto, para apresentar o referido ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, António Recto, disse que ninguém tem prazer em aumentar taxas ou a criar taxas para os munícipes pagarem, mas tem que haver responsabilidade e uma gestão cuidadosa. Referiu algumas rubricas: - Programa juventude ativa – em 2018 a Câmara gastou 5000 euros e em 2019 16.500 euros; -



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Apoio à natalidade 2018 (5000 euros), 2019 (20.000€uros) e Despesa com pessoal 2018 (4.130.000 euros) 2019 (4.314.000€uros). Em relação à receita, refere que o que se tinha acabado de aprovar totaliza menos 40.000 euros de receita. Em relação ao IUC, menos 4500 euros de receita. Em relação ao IMT, menos 186.000 euros. No que concerne à participação fixa do IRS – a ficar onde estava - serão menos 55.000 euros. -----

----- Disse, ainda, que a Câmara está com um défice orçamental a nível de correntes de 601.000 euros para o próximo ano, porque no ano anterior tinha havido um défice de cerca de um milhão de euros, e no outro já tinha havido um igual, sublinhou que as despesas estavam a aumentar e as receitas estão a diminuir e referiu dois exemplos. A saber: um deles é que a receita da administração urbanística era para pagar aos técnicos, que os lotes da Quinta da Faia este ano foi vendido um majorado e que se recebeu outro que já se tinha vendido e que outras receitas não existem. Frisou que a situação só não chegará ao milhão de euros, porque se está a cortar em muita coisa. -----

----- Relativamente aos *custos com o pessoal*, não houve aumentos, mas houve progressões, descongelamentos de carreiras e que estava a decorrer um processo de avaliação e com o ingresso dos precários, daí ter dado o valor apresentado. -----

----- Continua, dizendo que terá que haver opções, ou se iria à procura da receita ou daqui por dois anos, o saldo de gerência não dará para colmatar o défice orçamental. Daí advém esta proposta da derrama, em que há 15 anos que não se aplicava e que será sobre os lucros, será de 1,5% num movimento contabilístico de cento e cinquenta mil euros ou superior e de 0,5% de valores inferiores. Referiu que todas as empresas que se venham a instalar no concelho e que criem cinco postos de trabalho num período de três anos, estarão isentas. O que se prevê será uma receita na ordem dos cinquenta, a cinquenta e cinco mil euros. O que se previa com alteração do IRS era de cinquenta e cinco mil euros. -----

----- Continua, dando como exemplo algumas Câmaras de terem de recorrer ao FAME e PAEL, onde estavam os impostos dessas mesmas Câmaras - no máximo. Referiu também que toda a atividade municipal está condicionada. -----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Domingos Madruga.-----

----- O eleito Domingos Madruga começou por referir que queria lembrar o Senhor Presidente da Câmara que os quatro milhões deve-se à gestão da Câmara e o número de funcionários que a Câmara admitiu, e que se as populações vierem a pagar é por má gestão do MICRE nos últimos anos. Referiu que se esqueceu de contabilizar 138.000 euros numa adjunta, dois secretários, um técnico de som e duas juristas, e perguntou se era necessários tantos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Vergílio Ambrósio.-----

----- O eleito Vergílio Ambrósio referiu que este tema do eleito Domingos Madruga é preocupante e teceu um comentário sobre uma declaração de voto do Senhor Vereador da UNA, sobre a sintonia perfeita entre o MICRE e o PCP, e acrescentou que era falso. Disse que essa sintonia era sim, entre o MICRE e a UNA, porque como o Vereador diz, o MICRE segue o caminho mais fácil da gestão pública, aumenta os impostos. Disse que esta é a genesi do pensamento liberal na gestão das coisas públicas, e volta a referir a politica de empobrecimento de “coelho” e “portas”, que os impostos dispararam, saneamentos das empresas, e que as principais vitimas são os trabalhadores independentemente dos baixos salários que auferem e que é neste tipo de pensamento que a UNA e o MICRE estão juntos, em que abster-se do IRS permitindo que a taxa máxima fosse aplicada, um imposto que tem a ver com o rendimento das pessoas, quando ronda a duas mil famílias, e votar contra a derrama que é um imposto para as empresas sujeitas a IRC, que em Redondo serão pouco mais de cem, onde se acusa e se difama, e que tentam disfarçar a aliança perfeita. Frisou que com esta posição o MICRE ganha uma receita na derrama e resultado de uma posição pouco esclarecida da UNA, e são as famílias de Redondo que veem os seus impostos aumentados. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Domingos Madruga.-----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- O eleito interveio para dizer ao eleito Vergílio Ambrósio que não mencionou despedimentos nenhuns. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto à votação.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com os votos a favor dos membros Alfredo Falamino Barroso, Vergílio Fernando Frade Ambrósio, José Miguel Lopes Inverno, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Mariana Gertrudes Freira Recto, Maria Gabriela Sapateiro de Oliveira Jacinto Oliveira, Paulo Alexandre Feijão de Sousa, David Manuel Ambrósio Martelo, Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira e Henrique Duarte Caeiro Pereira, com os votos contra dos membros, José Luís Nunes Marques Mónica, Manuel José Barro Branco Marouvas, Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama, Daniel José Chambel Cachopas, Diogo Miguel Perdigão Amélio e Domingos António Mendes Madruga e com o voto de abstenção do membro José Carlos Ramalhinho Cidade, aprovar a taxa de Derrama. -----

----- Foram apresentadas declarações de voto. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Redondo.** -----

----- *“Que a minha intenção de voto, era votar contra, mas por uma questão de responsabilidade com o executivo, abstenho-me”.* -----

----- **MICRE.** -----

----- *“Quando se tomam decisões e temos de analisar o seu enquadramento e as condicionantes temporais, pois as realidades de hoje podem ser diferentes das de ontem. Desde que foi proposta a isenção da derrama há muitos anos, foi considerado ser esta uma forma de incentivo às empresas do concelho, considerando a sustentabilidade financeira da Câmara municipal como fundamental para cumprir os seus objetivos. Uma leitura atenta das atas de reunião de Câmara e as posições assumidas pelos vereadores, que invocando os seus programas eleitorais têm vindo a contribuir para a menor sustentabilidade financeira da Câmara, quer querendo duplicar serviços existentes, mas com designação diferente da sua, quer em insistindo em aumentos de custo de funcionamento da mesma ou criando dificuldades de gestão corrente. Uma análise das declarações de voto da reunião de Câmara de 23/10/2019,*



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

mostra que nas matérias referente ao IMI, ao IRS, à derrama, à autorização prévia de compromissos, às GOP'S, ao quadro de pessoal, o eleito do PSD-CDS não votou favoravelmente qualquer delas, usando argumentos contraditórios e apenas com o objetivo de reduzir receitas e criar problemas de gestão. Curiosamente votou a favor a não atualização de tabelas de taxas e licenças. Quanto ao eleito da CDU apresenta declarações de voto consentâneas com as suas orientações políticas, apenas com o objetivo de, ou é como eu quero ou não aprovo. O eleito do PS agora em funções executivas não assume a nova realidade e posiciona-se e estando também em funções não executivas, o que não se compreende e pode aceitar, pois há que ser coerente com as responsabilidades da equipa que aceitou integrar. Um exercício na comparação que respeita à derrama de 2019, mostra que no distrito de Évora apenas o município de Redondo tem isenção da mesma, no Alentejo apenas três e no distrito de Beja e apenas seis no distrito de Portalegre. Esta realidade descrita, quer no princípio, quer no atual enquadramento, mereceu uma reflexão por parte dos eleitos do MICRE na Assembleia Municipal de Redondo, no qual resultou a decisão de votar favoravelmente a proposta da Câmara no que respeita à derrama para 2020, com a recomendação de sempre que a sustentabilidade financeira presente, esta matéria pode vir a ser revista num futuro breve, tal como o sentido de voto dos eleitos do MICRE na Assembleia Municipal.

OS ELEITOS DO MICRE". -----

----- PS -----

-----“Há bem mais de uma década que o Município de Redondo tem isentado do pagamento do imposto da Derrama as empresas com sede no concelho.

Vem agora o MICRE, com o apoio da CDU, sobrecarregar as empresas do concelho com mais este imposto, desincentivando novas empresas de se instalarem cá, criando emprego e incentivando as poucas empresas cá existentes a mudarem a sede para concelhos onde não existe Derrama ou existindo, têm taxas mais baixas.

Passa-se agora de uma situação de isenção de imposto para aplicação das taxas máximas em ambos os escalões.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

O MICRE justifica a necessidade de aumento de receita com o aumento da despesa e tem razão, despesa em vencimentos de nomeação política ou nomeação política camuflada que por ano atinge um montante superior a € 100.000,00. Há assim um sacrifício das empresas do concelho, que criam emprego e riqueza, para pagar despesa de favorecimento político.

Ainda que fosse justificável a necessidade de aumento de receita para fazer face à despesa, que não é, sempre poderia a Câmara Municipal optar por isentar o escalão inferior do imposto e aplicar uma taxa mais baixa no escalão superior, como acontece em vários concelhos do distrito, dos quais destacamos Mourão, Vendas Novas e Viana do Alentejo, autarquias do PS, com isenção no escalão inferior ou ainda Reguengos de Monsaraz com 1,25% e Viana do Alentejo com 1%, ambas referentes ao escalão superior.

Não podem assim concordar os eleitos do PS com a cobrança da Derrama no concelho, nos seus limites máximos.

Redondo, 26 de Novembro de 2019

Daniel Cachopas

Domingos Madruga

Manuel Marouvas”

----- CDU -----

-----“Em primeiro lugar importa referir que o universo de empresas sobre as quais incidirá a derrama aqui proposta é de cerca de 116 empresas, das quais 54 estão abaixo dos 150 mil euros de volume de negócio e 62 acima desse valor, segundo dados da Autoridade Tributária e Aduaneira, e que, segundo a mesma fonte, se prevê arrecadar, por parte da Câmara, cerca de 60 mil euros provenientes deste imposto.

Se olharmos a esta previsão de arrecadação de receita e a confrontarmos com a receita arrecadada pela câmara proveniente da taxa variável de IRS, aprovada em reunião de Câmara, é simplesmente menos de metade. Ou seja, a Câmara arrecada muito mais receita proveniente do rendimento do trabalho do que sobre os lucros das empresas.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Pergunto-vos a todos aqui presentes: - É justo arrecadar receita proveniente de um imposto sobre o rendimento do trabalho e não arrecadar receita proveniente de um imposto sobre os lucros?

Não vimos a Uma Nova Atitude ou o PS, em reunião de Câmara, preocupados em aumentar uma taxa variável de IRS que incide sobre cerca de 2 mil pessoas do nosso concelho mas vemo-los muito preocupados em aplicar uma taxa sobre pouco mais de 100 empresas.

Não venham com a desculpa de que provoca um não aumento de salários ou a não criação de mais postos de trabalho, não sejamos demagógicos.

Meus senhores e minhas senhoras, se os salários aumentassem ao mesmo ritmo dos lucros das empresas hoje teríamos um salário mínimo de mil ou mil e tal euros, e o que temos são uns míseros 600 euros.

Utilizando a linguagem do PS e da Uma Nova Atitude, esses partidos, em reunião de Câmara, não se importam de penalizar mais de 2 mil trabalhadores mas importam-se em penalizar pouco mais de 100 empresas.

Não é uma questão de penalizar ou deixar de penalizar mas de todos contribuírem justamente.

A Uma Nova Atitude – PSD/CDS tem em preparação um programa de apoio à criação de novas empresas que prevê conceder um conjunto de benefícios fiscais e de redução ou isenção de taxas e tarifas municipais, e fica a pergunta, então onde vão buscar o dinheiro se estão contra a derrama? Aos salários dos trabalhadores? Aos pagamentos a fornecedores? Muitos deles de Redondo? Vão reduzir os apoios sociais ou no apoio às associações?

É que para se ter um orçamento equilibrado e se gerir a Câmara com responsabilidade temos de ter consciência daquilo que estamos a fazer, não podemos inventar, nem artimanhas nem verbas!

Poucas são as Câmaras que não cobram Derrama, e deixamos uma pergunta ao PS, qual a Câmara do distrito de Évora liderada pelo PS que não cobra derrama? Não será, certamente, uma pergunta de difícil resposta.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Outro argumento falacioso e demagógico que muito se tem ouvido a propósito deste assunto é de que a derrama será para pagar salários a favores políticos, pois bem, servirá sim para pagar também salários, mas também combustíveis, refeições escolares, apoios sociais, apoios à natalidade mas também para pagar a muitos fornecedores, na grande maioria muitos dos que agora poderão vir a pagar derrama, esquecendo-se das avultadas vendas que fazem à Câmara. Sim, este imposto também serve para continuar a pagar a tempo e horas a todos esses fornecedores, a todas essas empresas.

Voltando ainda aos números.

Segundo as transferências do Orçamento do Estado, a Câmara teve uma arrecadação de receita proveniente do IRS dos trabalhadores em 2015 de 165 mil euros a uma taxa de 5%, em 2016 de 135 mil euros a uma taxa de 5%, em 2017 de 157 mil euros a uma taxa de 5%, em 2018 de 101 mil euros a uma taxa de 3% e em 2019 previsivelmente cerca de 112 mil euros a uma taxa de 3%.

Ou seja nos últimos 5 anos a Câmara Municipal de Redondo recebeu mais de 650 mil euros provenientes de um imposto sobre o rendimento do trabalho e 0 euros sobre os lucros. É Justo? Para nós não é!

Se fizermos um simples cálculo verificamos que cada ponto percentual da taxa variável de IRS equivale a cerca de 31 mil e 500 euros, logo o aumento de 3% para 5% hoje aqui proposta mas chumbado equivaleria a um aumento de receita em mais de 60 mil euros provenientes de um imposto sobre o rendimento do trabalho, passando de 101 mil euros em 2017 para cerca de 170 mil euros em 2020, muito superior aos cerca de 60 mil euros previsíveis de Derrama.

Só para que tenham uma pequena noção, quem receba um salário médio de 800 euros brutos, 60€ do seu IRS descontando, em vez de ir para o seu bolso vai para os cofres da Câmara, pagar salários, pagar a fornecedores, apoiar a natalidade e as associações entre muitas outras coisas.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

60€ dava para pagar o consumo de água de quase 6 meses para um pequeno agregado familiar, mas isso os senhores não se preocupam, preocupam-se sim com 100 ou 150 euros sobre os lucros das empresas.

Que fique claro que a Derrama é aplicada só sobre pessoas colectivas, que paguem IRC e não aos muitos empresários em nome individual que não pagam IRC, ao contrário do que os populistas querem fazer crer mentindo aos empresários.

Para terem um ideia uma empresa com um volume de negócio inferior a 150 mil euros com um lucro de 10 mil euros, atenção lucro não isento, paga um imposto de 50€, já se tiver um volume de negócio acima dos 150 mil euros o imposto a pagar é de 150 euros, caso o lucro seja de 20 mil euros a derrama a pagar é o dobro em ambos os casos.

Para pagar derramas de 4 e 5 mil teriam de ter lucros muito acima dos 300 e 400 mil euros, o que demonstra que este imposto é irrisório perante os lucros recebidos.

Quiserem incendiar o debate e a opinião pública mas o que conseguiram foi demonstrar desconhecimento e alimentar a desinformação nas pessoas e não é disso que o nosso concelho precisa.

Para terminar quero deixar aqui uma nota que tem que ver com a isenção durante 3 anos deste imposto para novas empresas que criem, no mínimo, 3 postos de trabalho, proposta que teve por base a proposta da CDU já que a do MICRE não previa nenhum tipo de isenção.

Os Eleitos da CDU” -----

*----- **PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude.** -----*

----- “Votamos hoje aqui o fim da isenção da taxa de derrama por proposta do MICRE. MICRE esse que dizia nesta mesma assembleia no ano passado o seguinte:

“Declaração de voto dos membros do MICRE:

Como tem sido a prática, há muitos anos, os eleitos do MICRE na Assembleia Municipal de Redondo, votam favoravelmente a isenção da Taxa de Derrama para o próximo ano de 2019 aprovada em reunião de câmara relativa à proposta do seu presidente, na ótica de apoio às empresas com sede fiscal no município de Redondo,



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

que assim têm a sua carga fiscal mais aliviada, e de incentivo à captação e fixação de novas empresas”.

No ano passado a isenção da taxa de Derrama servia para captar e fixar empresas.....este ano já não interessa e vem o Sr. Presidente da câmara querer implementar a Taxa de Derrama, para cobrar 60.000 € de impostos aos nossos empresários!

Já não importa a captação e fixação de novas empresas? Ou está a situação do município tão periclitante que importa e é absolutamente fundamental ir sacar 60.000 euros aos poucos empregadores do município que não a CMR???? São as empresas existentes no concelho de Redondo que ficam penalizadas em 60.000 € quando a gestão do MICRE corre mal. Seguem o caminho mais fácil da gestão pública: Aumentar os Impostos. O constrangimento temporal é tamanho para que não se tentem obter receitas de modo sustentado no tempo? Fixando empresas, criando postos de trabalho? Não...opta-se por soluções rápidas como aumentos de impostos.....

Não têm que ser as empresas e as famílias Redondenses a pagar os favores políticos do MICRE que contribuíram para desequilibrar o orçamento da câmara. Não tem que ser as empresas e as famílias Redondenses a pagar a contratação para os quadros de pessoal do município do 5.º candidato à Camara pelo MICRE, com voto favorável do PCP ou a contratação de outros elementos da lista do MICRE.

E que sintonia perfeita fazem o MICRE e o PCP também na gestão camarária....tanto que nem foi preciso o voto do mais recente vereador do município..... Ambos votam a favor da contratação para os quadros de pessoal do município do 5.º candidato à Camara pelo MICRE, e ambos aqui estão em conjunto a querer penalizar o esforço dos nossos empresários.

O PCP e o MICRE ainda não perceberam, que cada iniciativa empresarial é o arriscar das poupanças de uma família ou até mesmo o endividamento bancário de outras para, com empenho, e sem horários nem fins de semana, criarem riqueza e emprego para as pessoas das suas terras!



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

São os lucros das empresas que permitem criar mais emprego, pagar melhores salários e reforçar os capitais próprios da própria empresa, pois é com capitais próprios mais robustos que as empresas reinvestem para acompanhar a evolução da economia e do mercado e não morrerem.

Para a UMA NOVA ATITUDE não é novidade esse posicionamento do MICRE, nem do PCP que durante muitos anos também governou o município....e veja-se onde e como chegámos até aos dias de hoje..... O afastamento dos jovens do concelho por falta de oportunidades é a tentativa do MICRE de se perpetuar no poder, pois perceberam pela leitura dos resultados eleitorais das últimas autárquicas, que os jovens não querem o MICRE e por isso não deram ao MICRE a vitória na mesa de voto dos mais jovens!

Num concelho como Redondo, em que a taxa de desempregados inscritos no centro de emprego é de 7,6%, mais de 1 ponto percentual acima do valor registado no Alentejo Central (6,4%), este novo imposto vem dificultar a criação de novos postos de trabalho. Estão claramente a querer percorrer o caminho inverso! O futuro passa por criar condições ao investimento privado. Passa por implementar o programa Redondivest, que configura a atribuição de benefícios às empresas que criem postos de trabalho na nossa terra!

Não há pior sinal para desincentivar o investimento que agravar os impostos às empresas quando no actual cenário as previsões económicas indicam um abrandamento da economia mundial e nomeadamente no nosso país. Portugal está a crescer 1,7%, uma taxa inferior a todos os países mais pobres da UE, países esses que estarão a crescer a ritmos bem mais robustos, como é por exemplo o caso da Polónia ou da Grécia (crescem respectivamente 3,5% e 2,2%). Nas previsões do FMI para os próximos 15 anos, o PIB nacional vai crescer apenas 12,3%. É neste cenário, que não se afigura favorável que o MICRE e o PCP decidiram aumentar os impostos a quem cria postos de trabalho!

Recordar que no ano passado O PCP não teve coragem se opor à proposta de isenção da derrama aprovada. Pelo Contrário! Votaram a favor!!



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Que fique bem claro! Votaram a favor da Isenção! Será que o PCP do Redondo teve, no passado, medo de apresentar uma proposta de aplicação da derrama por essa proposta ser impopular? Terá sido falta de coragem política?

Temos dificuldades em perceber se a convicção do PCP de Redondo era que se devia cobrar derrama, então porque é que não votaram contra a isenção da derrama proposta no ano passado! Não só não votaram contra, como, espantem-se! VOTARAM A FAVOR!

O que é que mudou do ano anterior para este? Infelizmente no Redondo não mudou nada! O que o PCP este ano quis foi ir a reboque da proposta do presidente da câmara de cobrar 60.000 € de Derrama aos empresários locais. A única diferença foi que agora o PCP a decidiu votar favoravelmente porque acha que é agora que a proposta vai ser implementada às mãos do presidente da câmara e aproveitou para dizer que também o PCP queria era cobrar a Derrama no Redondo. Contra esses capitalistas dos empresários, da iniciativa privada...

Esteve foi esquecido de fazer a proposta! Estava esquecido, mas queria muito.-...

Só que como estava esquecido, no ano passado votou a FAVOR da isenção.

Porque é que mudou radicalmente de opinião este ano e não em 2018, ou até podia ter mudado de opinião em 2016 em véspera de eleições. Não em vésperas de eleições não!

Em véspera de eleições o PCP votou a FAVOR da isenção da derrama. É só este ano que faz falta receita para o Orçamento da câmara? Não, NÃO É!

Não é só este ano que a câmara está com um déficit no orçamento corrente. Esse déficit CORRENTE JÁ é crónico.

Vejamos que em 7 dos últimos 11 anos a câmara do Redondo apresentou um EBITDA NEGATIVO? Earnings before interest, taxes, and amortization ou Traduzido literalmente é "Lucros antes de Juros, Impostos e Amortização".

FONTE: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2018:

Se a gestão atual da câmara precisa de mais receita, não contem connosco para, neste momento do ciclo económico ir sacrificar ainda mais quem carrega este país às costas,



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

que está asfixiado em impostos, e que se o negócio correr mal fica com um problema para a vida inteira.

Por tudo isto votamos hoje aqui contra o fim da isenção da taxa de derrama

Os membros eleitos pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude". -----

Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Quadriénio 2020-2023 e Orçamento Municipal para 2020

----- O Presidente da Assembleia Municipal, Senhor José Luís Mónica deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, António Recto.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal, António Recto, disse que em relação às GOP'S, vinham no seguimento daquilo que tem sido os últimos anos, trata-se de um programa quadrienal, que havia um conjunto de iniciativas e obras que foram sendo concluídas e que vão saindo, e outras em fase de conclusão, porque há uma transição de um ano para o outro, que surgem algumas novas. -----

----- No que concerne ao orçamento, refere, que é de nove milhões e oitocentos mil euros, que tem um aumento de setecentos e cinquenta e um mil euros, que se deve essencialmente a fundos comunitários. Disse que em correntes o peso maior é de trezentos e cinquenta três mil euros, em capital de duzentos e trinta e sete mil euros, que têm a ver com obras que estão a decorrer. Essencialmente eram obras que estavam a decorrer, mas também outras que já foram aprovadas pela unidade de gestão. -----

----- Na continuação da palavra, disse que o peso destas obras é essencialmente a reabilitação urbana, que está a decorrer uma obra que custa quase um milhão de euros, que se vai candidatar a uma nova fase, denominada (A), que se encontra aprovada pela unidade de gestão, que rondará os quatrocentos e sessenta mil euros e depois a terceira fase da zona (A) que também já está aprovada. -----

----- Disse que para além disto, já tinham sido aprovado o projeto do Percorso Pedonal da Serra D'Ossa, e que tinham sido aprovados o projeto do Posto de Turismo/Centro de Acolhimento ao Turista. Disse que se mantém todo o apoio dado às Associações do



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

nosso concelho, frisou que já estava encomendado um fardamento para as duas bandas. Ao nível de apoio escolar, que tinha arrancado o projeto de redução do abandono escolar e que se mantinham um conjunto de iniciativas. Disse que haverá ainda obras que poderão avançar, mas que ainda não têm financiamento. -----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, Senhor José Luís Mónica deu a palavra ao eleito Domingos Madruga. Intervenção que ora se transcreve.-----

----- *“Sr. Presidente da Câmara*

O documento que hoje apresenta a esta assembleia para ser votado, nada traz de novo, continua a ser exactamente o mesmo que apresentou em 2017 e em 2018.

Isto é preocupante e revela a falta de planeamento e a falta de estratégia para as quais o Partido Socialista vem alertando há vários anos.

A 1 de Outubro de 2017, os eleitores expressaram-se claramente no sentido de, ao lhe retirarem a maioria absoluta, o obrigarem não só a mudar as suas escolhas, como o obrigaram a falar mais com a oposição e a ouvir a oposição, aceitando as propostas que outros partidos tinham para melhorar a vida dos munícipes.

Em 2017 o Sr. Presidente comprometeu-se com o vereador do PS a avançar já em 2018 com diversas propostas que faziam parte do programa eleitoral do PS e, em contrapartida, viabilizámos o orçamento com a abstenção. Demos-lhe um ano de estado de graça. Passado um ano, passados dois anos continua virado para dentro de si mesmo e do MICRE, continua sem planeamento estratégico, sem novos projectos sem novas ideias, refugiando-se no seu gabinete e nos seus assessores.

O Partido Socialista sempre se norteou pelos seus ideais democráticos, tantas vezes em falta no movimento que lidera, mas o PS nunca se deixou deslumbrar pelo poder e soube sempre manter-se ao lado dos munícipes, mesmo que isso contrarie a linha de pensamento socialista e é isto que nos torna verdadeiramente diferentes de toda a esquerda e também da direita.

No caso da Educação estamos agora mais descansados com a tutela do pelouro e os resultados da mudança não tardaram em surgir e são já visíveis.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

É certo que nesta área o Município de Redondo tenha sido muitas vezes pioneiro, ainda que uma ou outra vez o tenha sido por indução em erro e não por livre e espontânea vontade, mas de facto a população escolar tem tido grandes apoios do Município, mas a Educação não se resume a isso, é também planeamento, gestão de recursos humanos e gestão de conflitos com os quais a anterior tutela nunca soube lidar e só agravou.

Na área da cultura e património, é inegável que a oferta é boa e variada, mas começa a ser muito repetitiva e é necessário inovar, modernizar, apresentar novas ideias e concretizar novos projectos.

Propõe-se V.^a Ex.^a a melhorar a gestão, promoção e dinamização da programação do CCR, dos museus, bibliotecas e diversos equipamentos culturais. Isso passa desde logo por escolher pessoas com capacidade para tal, o que não acontece em muitos desses equipamentos, onde as actividades levadas a cabo são artesanais, sem interesse e completamente desajustadas. Os museus não alteram as colecções, não promovem os espaços, não são apelativos e, por isso, o número de visitantes anual é irrisório. Há falta do tal planeamento que o PS sempre tem falado.

Os museus do Mel e Biodiversidade e da Ruralidade, atravessam mandatos sem sair do papel.

As Ruas Floridas, apesar de todo o esforço e empenho que cada munícipe põe em cada pedaço de papel, são o desastre que vimos este ano e a continuar assim, seguirá os mesmos passos das “Festas do Povo em Campo Maior”. Menos mal que em 2023 V.^a Ex.^a e o MICRE já não estarão no poder e poderão finalmente as Ruas Floridas ocuparem o lugar que tanto merecem.

As boas práticas de gestão, no que ao apoio ao associativismo diz respeito, devem ser pautadas por um maior rigor. Já foram aprovados e atribuídos subsídios para equipamentos de associados que na verdade haviam sido adquiridos com dinheiro próprio de cada um desses associados ou então para equipamentos que já possuíam e que também lhe foram oferecidos por outras entidades. Entregues os subsídios, perde-se o rasto à sua aplicação que só beneficiou a elite e não a massa associativa. Deveria ponderar V.^a Ex.^a na aquisição dos respectivos equipamentos e não no apoio monetário.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Continua, Sr. Presidente, a prometer aquilo que sabe que não vai fazer: perdeu-se 1 verão sem DarkSky, o percurso dos Fradinhos não avança apesar do projecto que o Dr. Tiago Salgueiro apresentou há muito tempo atrás. Menos mal que a bomba e o motor se encontram agora livres das tentações do amigo do alheio, mas tudo o resto continua por fazer.

Na área do ambiente, não só não há uma campanha eficaz de poupança de água, de modo a alterar comportamentos de consumo errados, como não há aproveitamento de águas para consumo que não o humano, nomeadamente regas. São já várias as famílias que, atentas ao problema da gestão dos recursos hídricos, substituíram a relva à volta das suas piscinas e nos seus quintais por cimento; enquanto isso o Município continua a regar com água da rede pública. Todos sabemos que está de saída, mas as decisões que tomar hoje, boas ou más, terão repercussão no futuro. Não deixará V.^a Ex.^a qualquer marca extraordinária em 8 anos de mandato.

O acompanhamento da situação de seca extrema no concelho a que se refere no documento, não se pode limitar a ver, ouvir e ler, terá necessariamente que agir, sob pena de, no futuro, nada mais se poder fazer.

Mas também no campo do ambiente em geral, mais concretamente na limpeza urbana, as mudanças já são visíveis e o PS tem vindo a mostrar que saber gerir melhor o concelho, que tem ideias e que sabe executá-las, ao contrário do MICRE.

No trânsito, se mal estávamos, pior ficámos e a mobilidade ficou seriamente condicionada com as recentes alterações de trânsito, sobretudo as efectuadas no acesso à Praça Dom Dinis. Em todo o concelho a sinalética está desajustada e a sinalização turística é quase inexistente. O PS neste campo já fez várias propostas, nenhuma delas foi tida em conta.

O ordenamento territorial necessita de novo planeamento e sobretudo de execução. Aliás executar é um verbo que V.^a Ex.^a parece desconhecer. O centro histórico está votado ao abandono, quando deveria ser o ponto de encontro da população com aqueles, poucos, que nos visitam. Há mobiliário urbano velho e que necessita de substituição. É certo que os recursos da autarquia não são ilimitados, mas a falta de



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

uma boa gestão leva a que se gastem fundos em coisas desnecessárias e onde realmente faz falta, não se gasta 1 cêntimo.

Também é indesmentível que o Município tem prestado vários apoios sociais, mas como socialistas que somos, sabemos que ainda mais e melhor pode ser feito neste campo.

Esperemos que com a entrada em Funcionamento da Universidade Popular Túlio Espanca se recuperem as meias da Serra d'Ossa, se fomente o artesanato em cortiça, a olaria, as rendas, porque ainda existe quem possa ensinar as gerações mais novas, permitindo manter tradições e transmitindo conhecimentos.

Outra das lacunas é a interacção entre idosos e jovens, num só espaço e na mesma actividade; têm se promovido acções só para jovens ou só para idosos, mas acções destinadas às duas camadas da população, que permita a interacção conjunta, são necessárias e muito mais enriquecedoras.

A colaboração e dinamização do intercâmbio cultural que nos permitem os migrantes que escolheram o concelho para viverem, para além daquele que se faz no dia-a-dia e para além da integração que naturalmente acontece, tem que ser muito mais abrangente do que a iniciativa que anualmente se faz e que pouco ou nada contribui para essa integração.

No campo da habitação o projecto HabitaJovem poderia ter sido um bom apoio, mas como já ficou demonstrado, em nada beneficia os munícipes e em nada fomenta a recuperação de habitações. Há que encontrar uma solução definitiva para o bairro dos pré-fabricados, cujas coberturas contêm amianto, perigo com o qual o MICRE nunca esteve preocupado mas que a ciência já demonstrou ser fatal. Há anos que a autarquia não promove a construção de habitação social.

Para a juventude nada está feito e há tanto por fazer: o Festival da Juventude é essencial e jamais abdicaremos dele. Esta iniciativa que não se resume a concertos musicais, cuja realização poderia ser bienal, em anos alternados com as Ruas Floridas, poderia ser o ponto de encontro de milhares de jovens de todos o país e até de Espanha, onde acções com motivos de interesse para a juventude se congreguem num só espaço e



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

permitam o convívio entre a camada jovem da população, que irá gerir o futuro do concelho e do país.

No desporto continuamos a defender que os melhores devem ser distinguidos e premiados e a Gala do Desporto da CIMAC nunca será alternativa à proposta do Partido Socialista.

No campo da economia, depois de todas as decapitações de que V.^a Ex.^a também é co-autor e co-responsável, acaba de dar mais uma machadada na economia local com a Derrama. Não há atracção de investimento, não há criação de emprego, não há desenvolvimento. Temos bons exemplos à nossa volta de tudo o que se deveria ser feito cá e não se fez. O PS tem um bom projecto de mudança que permitirá a captação de investimento privado para o concelho, criando postos de trabalho e evitando o êxodo da população para os grandes meios.

A promoção turística, praticamente inexistente, a proporção da nossa cultura, das nossas gentes, dos nossos saberes e sabores é essencial para o desenvolvimento económico e para o futuro do nosso concelho. A falta de grandes monumentos que por si só captem turistas, como é o caso da monumentalidade de Monsaraz, Évora ou Vila Viçosa, é motivo para uma acção ainda mais cuidada do Município, que não tem acontecido. O posto de atendimento ao turista só já na segunda década do século XXI se irá concretizar e é bem o espelho da preocupação que o MICRE tem tido com o turismo no concelho.

Da análise exaustiva que efectuámos ao documento permite-nos concluir que nada traz de novo, que é mais do mesmo: uma gestão com falta de planeamento, em que se gere o dia-a-dia, sem pensar no futuro. Tem sido assim ao longo de mais de 30 anos, mas que é um ciclo que finalmente chegará ao fim em menos de 24 meses.

Redondo, 26 de Novembro de 2019

Daniel Cachopas

Domingos Madruga

Manuel Marouvas". -----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica passou à votação. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com os votos a favor dos membros Alfredo Falamino Barroso, José Miguel Lopes Inverno, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Maria Gabriela Sapateiro de Oliveira Jacinto Oliveira, Paulo Alexandre Feijão de Sousa, David Manuel Ambrósio Martelo e Henrique Duarte Caeiro Pereira, com os votos contra dos membros, José Luís Nunes Marques Mónica, Manuel José Barro Branco Marouvas, Vergílio Fernando Frade Ambrósio, Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama, Daniel José Chambel Cachopas, Mariana Gertrudes Freira Recto, Diogo Miguel Perdigão Amélio, Domingos António Mendes Madruga e Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira e com o voto de abstenção do membro José Carlos Ramalinho Cidade, não aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Quadriénio 2020-2023 e Orçamento Municipal para 2020. -----

----- Foram apresentadas declarações de voto. -----

----- **PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude.** -----

----- *“Declaração de voto dos membros eleitos à Assembleia Municipal pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude referente ao ponto 16 da Ordem de Trabalhos: OGOP 2020.*

Em relação a este orçamento que hoje nos é aqui apresentado podemos observar que a Receita e Despesa Total previstas para 2020 são de 9.800.113,71 euros, prevendo-se um saldo corrente de 1.056.000 € (um milhão e cinquenta e seis mil euros), que financia Despesas de Capital. Esse saldo corrente deriva de uma previsão de receitas correntes de 7.425.000 € por contrapartida de despesas correntes no valor de 6.370.000 €. Ou seja como apresentado aparentemente o município teria um superávit de 1.056.000 € (um milhão e cinquenta e seis mil euros) o que não traduz a realidade da situação orçamental da câmara.

Este Orçamento das Despesas Correntes, no valor de 6.370.000 € não é exequível. É absolutamente claro que a despesa corrente irá rondar os 7.500.000 €, muito acima dos 6.370.000€ orçamentado!



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Explicando o exercício de cálculo por nós feito:

· No quadriénio 2014/2017, a câmara apresentou um valor médio de despesa corrente de 6.945.000 €, muito acima dos 6.370.000 € orçamentados para 2020, e um valor médio de receita corrente de 7.014.000 € nesses mesmos 4 anos.

· Em 2017 a câmara investiu no reforço do quadro de pessoal, com a entrada de mais de 30 novos colaboradores, ajustando as necessidades de recursos humanos em todas as áreas onde considerou necessário, por forma a dar mais robustez aos serviços.

· Com este reforço da equipa, os custos com os Recursos Humanos passaram de um valor de médio anual de 4.000.000 € para valores na ordem dos 4.600.000 €.

· Não deve o Sr. presidente inscrever no orçamento da despesa corrente um valor de despesas com pessoal de 4.000.000 € quando o valor real dessas despesas em 2020 será na ordem dos 4.600.000 €. As regras de formulação do orçamento referem que a elaboração do Orçamento deve assentar no levantamento, tão rigoroso quanto possível, das despesas obrigatórias, nomeadamente, encargos com o pessoal, encargos financeiros e outros encargos assumidos com terceiros!

Não é por mero acaso que o MICRE queria cobrar em 2020 mais impostos aos munícipes de Redondo, nomeadamente os 60.000 € de cobrança de impostos previstos na Derrama, que durante muitos anos esteve isenta! Começam aqui as discordâncias da UNA com este orçamento e com este potencial aumento de impostos por opção política do MICRE.

Para a UMA NOVA ATITUDE a receita não se deve incrementar por via do aumento de Impostos! Deve-se em primeiro lugar levar a cabo um rigoroso controlo dos custos, eliminando despesas supérfluas, e se efetivamente for mesmo necessário aumentar a receita, então o caminho não é via impostos sobre os munícipes, mas sim implementar o princípio do utilizador pagador ou do beneficiário pagador!

Se no ano anterior a abstenção da UMA NOVA ATITUDE permitiu que fossem inscritos investimentos como o passadiço da Serra D'Ossa e o arrelvamento dos Campos de Futebol de Montoito e dos Foros da Fonte Seca, também fomos bem claros que as propostas da UMA NOVA ATITUDE inscritas nesse Orçamento seriam para executar



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

em 2019. Dissemos isso aqui mesmo na Assembleia Municipal. Avisámos o Sr Presidente que estes investimentos eram para avançar sob pena de não aprovarmos orçamentos subsequentes.

Estamos no final do ano, e as seguintes medidas inscritas no Orçamento de 2019 continuam na gaveta:

- *Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Económico;*
- *Missões Empresariais.*
- *Os galardões Empresário do Ano e Jovem Inovador.*
- *Redondivest: Programa Municipal de Incentivos à Promoção e Captação do Investimento, à Criação de Empresas e ao Empreendedorismo.*
- *Promoção e dinamização socio económica das Vilas e Aldeias do Concelho.*
- *Criação do REDONDO EM FÉRIAS, para os meses de agosto e setembro.*
- *Nada foi feito na implementação de um regulamento de Apoio ao movimento associativo.*
- *Aquisição de terreno para uma Nova Zona Industrial.*

8 propostas....implementação zero.....

Contando agora o Sr. Presidente com uma maioria alicerçada na coligação com o PS, para 2020 acrescentando aqui que ao contrário do que fomos acusados no ano passado, a MULETA NÃO SOMOS NÓS.....A MULETA DO MICRE É O PS E O SR VEREADOR FALEIRO..... Continuando... o Sr. presidente não inscreveu no Orçamento a maioria das 14 propostas apresentadas pelo vereador da UMA NOVA ATITUDE e que foram dadas a conhecer a todo o executivo.

Propostas como:

<i>Redondo Wine Land 2020</i>	<i>Dedicar o ano 2020 ao Vinho. Experiências Vínicas, Wine Sunset Parties, Jantares Vínicos, Gastronomia, Provas Cegas, Bring Your Own Bottle .</i>
<i>Dinâmicas Internacionais</i>	<i>Desenvolver o programa de intercâmbios juvenis e empresariais com cidades geminadas.</i>



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

<i>Modernização Espaços Públicos</i>	<i>Reformulação Arquitetónica do Coliseu de Redondo para potenciar novas utilizações (Exposições, Concertos, Tasquinhas, etc....)</i>
<i>Ambiente e sustentabilidade.</i>	<i>Plano de Ação para a Energia Sustentável. Sistema de recolha de lixo “pay as you throw” (pague na medida do lixo que produz). Papeleiras Inteligentes.</i>
<i>Painéis Informativos Digitais</i>	<i>Painéis LED Outdoor para informação turística, publicidade, agenda cultural, visualização de eventos desportivos, etc.</i>
<i>Agricultura</i>	<i>Potencializar as iniciativas de base rural, como sejam a agricultura, a agroindústria, a apicultura, bem como dinamizar processos e/ou serviços e tecnologias de suporte aos investimentos agrícolas.</i>
<i>Obras Públicas</i>	<i>Requalificação da Estrada do Monte Virgem</i>
<i>Eficiência Energética</i>	<i>Instalação sistema solar térmico no pavilhão municipal</i>
<i>Educação e Bem-Estar.</i>	<i>Colocação de coberturas e arborização dos parques infantis.</i>
<i>Bem-Estar Animal</i>	<i>Programa de Voluntariado Bem-Estar Animal</i>
<i>Espaços Verdes</i>	<i>Requalificação paisagística do Parque Ambiental de Redondo e reformulação do ginásio bio-saudável ao ar livre com protecção à exposição solar.</i>
<i>Transformação Digital</i>	<i>Desmaterialização e Optimização de Processos administrativos, transformação digital, fatura eletrónica das tarifas. Fomentar a utilização de meios tecnológicos no município, nas escolas, etc..</i>



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Higiene e Segurança no Trabalho

Formação em Segurança e Saúde no Trabalho para todos os colaboradores do município.

Por muito que a nossa postura seja de responsabilidade, não podemos deixar de votar contra as opções do MICRE e do seu parceiro PS para este orçamento para 2020. O actual executivo de Maioria MICRE e PS definiu neste orçamento um rumo de estagnação do concelho, incapaz de fixar os seus jovens e de lhes proporcionar oportunidades!

Este Orçamento compromete o futuro do nosso Concelho:

- Compromete o futuro a muito curto prazo porque revela um déficite estrutural na ordem dos 400.000 €.*
- Compromete o futuro a muito curto prazo porque a manter-se este déficite estrutural na ordem dos 400.000 € o actual fundo de maneiio da câmara (saldo de gerência) será consumido nos próximos 3 anos pela despesa corrente, deixando as contas do município numa situação financeira preocupante!*
- Compromete o futuro porque apenas inscreve um exíguo valor de 5.000 € em novas rubricas para 2020: O acordo de cooperação Dark Sky, com uma verba de 3.000 € e a Universidade Popular Túlio Espanca com um orçamento de 2.000 €.*
- Compromete o futuro porque mais uma vez deixa claro que a gestão do MICRE Continua como no seu passado comunista incapaz e sem vontade de desenvolver projetos imateriais, nem implementar novas dinâmicas económicas no concelho, como se percebe pelo facto de ignorarem as medidas propostas pela UMA NOVA ATITUDE para essa área!*
- Este Orçamento compromete o futuro do concelho porque assenta no aumento de impostos para colmatar os erros da gestão MICRE.*

Não podemos pactuar com esta política de empobrecimento social e económico, pelo que votamos contra este orçamento para 2020 e tudo faremos para libertar o concelho de Redondo das amarras de uma Maioria MICRE / PS com antepassados comunistas que está desgastada, sem iniciativa e sem visão de futuro!



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Os membros eleitos pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude". -----

----- CDU. -----

----- “No mandato anterior a CDU esforçou-se para que a força política “MICRE” perdesse influência e votos, forçando-a a ter um comportamento mais dialogante e que permitisse que o Redondo saísse do marasmo em que se encontra. As coisas aconteceram, o “MICRE” perdeu influência, mas a sua tentativa de permanecer no poder faz com que estabeleça acordos com outras forças políticas, nas matérias mais estruturantes, como são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento.

A CDU também sempre achou que havia falta de democracia interna dentro do MICRE. Deixou-o exposto nesta Assembleia inúmeras vezes, porque a CDU nunca acreditou que se as Grandes Opções do Plano e os Orçamentos tivessem sido debatidos com os elementos do MICRE eleitos eles continuassem a ser tão falhos de ideias. Tínhamos razão, não há mesmo debate dos assuntos entre os eleitos desse Movimento Independente como veio transparecer nas redes sociais.

De facto, estamos a assistir neste documento às mesmas questões de sempre e não aparecem ideias para impulsionar o concelho.

Concelho limítrofe dos concelhos do Grande Lago Alqueva não se pode acomodar a essa situação, antes pelo contrário, tem que dinamizar esforços para que se torne também beneficiário da dinâmica que a Barragem veio proporcionar à região Alentejo, mas não parece ter-se ainda apercebido desta localização privilegiada.

Os projectos e acções limitam-se a fazer a gestão corrente daquilo que já existe sem grandes laivos de inovação.

Continua com um palavreado bonito e de boas parecenças – sublinho aqui a última frase da pág. 5 “– dignificação e valorização cívica e profissional dos trabalhadores da Câmara Municipal de Redondo” mas esqueceu-se de colocar no Orçamento as verbas necessárias para poder aplicar opção gestonária no que concerne à sua alteração do posicionamento remuneratório, deixando assim os trabalhadores colados a um sistema de avaliação SIADAP que não os valoriza nem promove condignamente.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Resumindo. É mais do mesmo. A CDU vota contra.

Os Eleitos da CDU". -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica perguntou aos eleitos, se era consensual e porque naquela altura era meia-noite, e tal como refere e obriga o regimento, ser autorizada a continuação da sessão. -----

----- A proposta foi deliberada, unanimemente, por todos os eleitos. -----

----- PS. -----

----- “Os eleitos do PS na Assembleia Municipal votaram contra a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Quadriénio 2010-2023 e Orçamento Municipal para 2020, uma vez que os documentos apresentados não traduzem uma verdadeira acção estratégica para o concelho.

Em 2017 o PS absteve-se na votação do Orçamento para 2018 e Grandes Opções do Plano pois o Sr. Presidente assumira com o Vereador do Partido Socialista um compromisso de inclusão no documento de propostas do programa Eleitoral do PS.00000

Passados 2 anos verificamos que a maior parte dessas propostas não só não foi executada como as novas propostas apresentadas pelo PS não tiveram qualquer seguimento, nomeadamente

- 1) Reestruturação dos serviços municipais;*
- 2) Criação do Conselho Municipal da Juventude;*
- 3) Criação do Gabinete do Associativismo;*
- 4) Orçamento para a festa da juventude;*
- 5) Criação da reserva DarkSky*
- 6) Criação do CPCJ no concelho;*
- 7) Criação do percurso pedestre entre a Candeeira e a Herdade dos Mamões*
- 8) Transmissão das sessões da Assembleia Municipal por “streaming”*
- 9) Falta de planeamento estratégico*



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

O documento que ora nos foi apresentado é exactamente o mesmo de anos anteriores, revela a falta de estratégia de governação, falta de ambição e falta de planeamento estratégico e definição para o crescimento sustentável do concelho.

Não votámos favoravelmente o Orçamento e as GOP uma vez que verificámos a falta de iniciativa e de uma estratégia definida para o que é importante alterar no futuro. Continuam por resolver vários problemas acumulados cuja resolução é essencial para garantir o futuro do concelho.

Redondo, 26 de Novembro de 2019

Daniel Cachopas

Domingos Madruga

Manuel Marouvas” -----

----- MICRE -----

----- “A leitura atenta das atas das reuniões de câmara durante este mandato, quer no período antes da ordem do dia quer nas posições e declarações de voto não pode deixar de me preocupar face à demagogia e inverdades oportunistas que alguns dos seus eleitos teimam em produzir.

Tenho mantido uma posição de silêncio em relação a muitos factos por entender que os eleitos do MICRE, embora em minoria podem e devem ter uma postura de busca de consensos de acordo com os princípios que nos orientam. Naturalmente que, apesar de não estar no executivo, tenho conhecimento e opinião formada sobre assuntos que sendo agora decididos vêm do tempo em que exerci as funções de presidente da câmara e posteriormente da assembleia municipal.

Não pretendo com esta intervenção entrar em detalhes sobre a demagogia e as inverdades vertidas em ata por alguns eleitos, mas não posso deixar de contestar a constante acusação de falta de estratégia da câmara e denunciar que o somatório de algumas das propostas constantes nas atas e frequentemente repetidas, só têm contribuído para uma imagem de falta de solidariedade entre os eleitos, pese embora a sua permanente afirmação de querer as melhores soluções para as pessoas do concelho.



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Para que conste refiro apenas alguns dados constantes na recente publicação do Anuário Financeiro dos Municípios, onde se pode constatar e assim desmentir o tão falado desequilíbrio financeiro e estrutural do município de Redondo, usado para fundamentar os votos contra ou de abstenção, nomeadamente nas GOP e no orçamento para 2020.

Num 1º quadro (R42) são indicados os 35 municípios com menor equilíbrio orçamental e Redondo não consta tal como não consta no quadro R43 onde são referidos os municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo artº 40 da LFL.

No quadro R49 são referidos os municípios com melhor índice de dívida total e Redondo aparece em 13º lugar enquanto no quadro R50 se referem os municípios com saldo corrente deduzido das amortizações que apresentam valor negativo superior a 5% das receitas correntes e aqui Redondo aparece numa lista de 17 municípios. Será que isto não tem a ver com a constante redução de receitas correntes próprias que alguns teimam em insistir? O quadro R69.A refere os municípios com melhor índice de liquidez e Redondo não consta numa lista de 20 o que confirma o anterior quadro.

Analizando agora o quadro R5.01 este apresenta os 11 indicadores seleccionados para o Ranking global da situação financeira dos municípios: liquidez, resultado operacional, peso do passivo, passivo por habitante, taxa de cobertura financeira, prazo médio de pagamentos, grau de execução do saldo efetivo, índice de dívida total, índice de superavit, impostos diretos por habitante, peso passivo exigível.

E o que podemos ver? No quadro R69.D são referidos os 20 municípios com menor passivo por habitante e Redondo aparece em 18º lugar no universo, claro, dos 308 existentes.

Mas vamos ao ranking global com o cruzamento dos 11 indicadores referidos atrás e o que temos? O município de Redondo aparece em 24º lugar na lista dos 100 melhores classificados, tendo descido do 11º lugar de 2016 e 2017. Porque será apesar de ser um bom resultado? Será falta de estratégia e desequilíbrio financeiro ou o resultado do imposto somatório de ideias, apenas com intuitos demagógicos e eleitoralistas?



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Como já referi no início a simples leitura das declarações de voto dos vereadores da CDU, do PS e da UMA NOVA ATITUDE, na reunião de câmara, embora não coincidentes, revelam que o somatório de ideias não representa uma estratégia política de gestão, sendo de realçar, no entanto, a aprovação dos documentos em causa que se considera positivo e indicador de ser possível trabalhar em conjunto, com responsabilidades assumidas por cada uma das forças políticas. Sem bandeiras pois estas nada acrescentam à qualidade das propostas. Os eleitos do MICRE assumem as suas responsabilidades nas funções que lhes estão atribuídas e estão preparados para trabalhar com todos os eleitos que, responsabilmente, assumam a mesma postura. Sem preconceitos e com uma única linha de atuação – respeito pelos Redondenses e gestão responsável. Assim e, dado os documentos apresentados relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2020 se enquadrarem nos princípios que defendemos, os eleitos do MICRE da AMR votam favoravelmente os referidos documentos e estarão atentos à estabilidade financeira do município como garante de uma política construtiva em prole do concelho de Redondo.

OS ELEITOS DO MICRE.”-----

Mapa de Pessoal

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Redondo, António Recto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara diz, que em relação a este ponto, não houve alterações nenhuma. -----

----- Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica passou à votação. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com os votos a favor dos membros Alfredo Falamino Barroso, José Luís Nunes Marques Mónica, Vergílio Fernando Frade Ambrósio, José Miguel Lopes Inverno, Domingos Alberto Saraiva Boavida, Mariana Gertrudes Freira Recto, Maria Gabriela Sapateiro de Oliveira Jacinto Oliveira, Diogo Miguel Perdigão Amélio, Paulo Alexandre Feijão de Sousa, David



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

Manuel Ambrósio Martelo, Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira, José Carlos Ramalhinho Cidade e Henrique Duarte Caeiro Pereira, e com os votos de abstenção dos membros Manuel José Barro Branco Marouvas, Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama, Daniel José Chambel Cachopas e Domingos António Mendes Madruga, aprovar a proposta de Mapa de Pessoal do Município de Redondo para o ano de 2020. -

----- Foram apresentadas declarações de voto. -----

----- PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude. -----

----- *“Declaração de voto dos membros eleitos à Assembleia Municipal pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude referente ao ponto 17 da Ordem de Trabalhos: Mapa de pessoal.*

Decidem os eleitos da UMA NOVA ATITUDE – Coligação PPD/PSD. CDS-PP abster-se neste último ponto relativo ao mapa de pessoal porque à semelhança de anos transatos a falta de abertura e diálogo do Sr. Presidente da câmara sobre o quadro de pessoal, organização da equipas e mecanismos de motivação, financeiros e não financeiros, nunca permitiu que o vereador David Galego tenha a necessária informação sobre a gestão de recursos humanos da câmara municipal. Decorre da lei, que o Sr. presidente tem poderes unipessoais para tomar quase todas as decisões em matéria de recursos humanos, mesmo não tendo o MICRE a maioria neste executivo determinando assim que a potencial má gestão de recursos humanos é da inteira responsabilidade do Sr. Presidente. Reforçamos aqui o repto lançado anteriormente e já por diversas vezes recusado: Pretende o vereador David Galego reunir com os trabalhadores, para de forma construtiva, contribuir para encontrar as soluções que melhor sirvam os trabalhadores e a Câmara Municipal.

Os membros eleitos pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Uma Nova Atitude”.-----

Período de intervenção do Público

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica deu à palavra ao Senhor Manuel Martins.-----



MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

----- O Senhor Manuel Martins começou por dizer que é morador na Quinta da Faia, que a maior parte dos moradores quando foram para lá tinha à volta dos 35 anos. Disse que não era contra a redução do preço dos lotes, e a redução para os jovens é um bocado seletiva. Disse que o loteamento estava incompleto e que, deve ser a opinião de todos os moradores, gostariam de o ver completo. São necessários pequenos arranjos, que o parque infantil não serve muito, porque a maior parte dos miúdos está entre o 10 e 14 anos. Colocou uma questão ao Senhor Presidente da Câmara – Se os jovens que na altura tinham 35 anos e que ficaram no nosso concelho não terão qualquer tipo de recompensa por terem construído na altura, em relação aos que irão construir agora. ----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Rotílo Lopes. -----

----- O Senhor Rotilo Lopes cumprimentou os presentes, dizendo que era de lamentar há tantos anos que estava na Câmara e tinha recebido uma carta assinada pelo Senhor Vereador Luis Faleiro para limpar um quintal que acha não está a prejudicar ninguém. Continuou a dizer que o mesmo está desabitado. -----

----- Disse também que o encarregado dos cantoneiros se tinha deslocado ao seu serviço a ofende-lo, “se não me envergonhava de o meu irmão ter morrido e andar a cantar”. ----

ENCERRAMENTO

-----Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram 00,15 horas, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu por encerrada esta sessão, agradecendo a presença de todos. -----

-----E eu, Jorge Portel, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que depois de lida e aprovada integralmente na sessão seguinte, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, presentes na respetiva sessão. -----

O Presidente da Mesa, _____

O Primeiro Secretário, _____

O Segundo Secretário, _____